

João Pedro Sousa Pedrosa Rodrigues

Associativismo Cultural e Música Independente – Estruturas Alternativas e Impacto Local

Dissertação de Mestrado em Gestão e Programação do Património Cultural, na área de especialização em Gestão e Programação do Património Cultural, orientada pelo Doutor Carlos Camponez, apresentada ao Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Associativismo Cultural e Música
Independente – Estruturas Alternativas e
Impacto Local

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título / Title	Associativismo Cultural e Música Independente – Estruturas Alternativas e Impacto Local Cultural Associativism and Independent Music – Alternative Structures and Local Impact
Autor	João Pedro Sousa Pedrosa Rodrigues
Orientador	Dr. José Carlos Costa Santos Camponez
Coorientador	-----
Júri	Presidente: Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes Vogais: 1. Doutor Paulo Eugénio Estudante Dias Moreira 2. Doutor José Carlos Costa Santos Camponez
Identificação do Curso	2º Ciclo em Gestão e Programação do Património Cultural
Área científica	História, Arqueologia e Artes
Especialidade	Gestão e Programação do Património Cultural
Data da defesa	31-10-2013
Classificação	17 valores



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao Professor Carlos Camponez, orientador da presente tese, pela oportunidade que me deu de poder levar a cabo este projecto, pela paciência, compreensão e disponibilidade que sempre demonstrou face às condições da sua execução.

Cumprimento também o Prof. Avelãs Nunes pelo seu entusiasmo e perseverança demonstrada na condução do Mestrado de Gestão e Programação do Património Cultural.

Agradeço naturalmente aos meus pais, aos meus amigos mais próximos e colegas de mestrado, pelo constante apoio e palavras de encorajamento tendentes à melhor conclusão deste trabalho.

Por último, um especial abraço aos meus colegas da associação cultural Lugar Comum, sem a colaboração dos quais o projecto não poderia cumprir com o seu desígnio.

A todos, o meu sincero obrigado.

Índice Geral

Agradecimentos	
Índice Geral	
Índice de Figuras	
Resumo	
Abstract	
Introdução	1
1. Contexto e objecto da dissertação	1
2. Sistematização	4
Capítulo I – O Terceiro Sector	5
1. Noção	5
2. Evolução Histórica	10
2.1 A Economia Social	10
2.2 Da Grande Depressão ao Welfare State	11
2.3 A revitalização do Terceiro Sector	14
3. O Terceiro Sector em Portugal	18
3.1 As dificuldades de uma industrialização tardia	18
3.2 O ocaso durante o Estado Novo	22
3.3 O ressurgimento em contexto de liberdade	23
3.4 Análise do Terceiro Sector na actualidade	25
Capítulo II – O Associativismo Cultural	29
1. Noção	29
2. Enquadramento teórico	32

2.1 Tocqueville e a arte de associação	32
2.2 As corporações profissionais de Durkheim	36
2.3 De Dumazedier aos Novos Movimentos Sociais	39
2.4 O associativismo como espaço de cidadania	41
3. O Associativismo e o Desenvolvimento Social	43
4. Da Relação com o Estado e Administração Local	44
4.1 Evolução da despesa pública com o sector cultural	44
4.2 Complementaridade do associativismo cultural	48
4.3 Fragilização da relação na actualidade	51
Capítulo III – O Projecto Lugar Comum	54
1. Caracterização Geral do Projecto	54
2. Âmbito Geográfico	56
2.1 Dimensão demográfica	56
2.2 Dimensão económica	59
2.3 Impacto no associativismo cultural	61
3. Estrutura e Organização Interna	62
4. Objecto e Opções Programáticas	65
4.1 Cultura indie	65
4.2 Das experiências em rede	67
4.3 Estratégias de programação	68
4.4 Perfil do público-alvo	69
4.5 A interdisciplinaridade e o carácter formativo	70
4.6 Conclusão	71
5. Comunicação e Imagem	72
5.1 A construção de uma identidade	72
5.2 Comunicação de proximidade	73
6. Sustentabilidade e Autonomia Financeira	76
Conclusão	80
Referências Bibliográficas	84
Sites Consultados	88

Índice de Figuras

Gráfico 1 – Distribuição das entidades no Terceiro Sector	25
Gráfico 2 – Recursos das organizações do Terceiro Sector	27
Gráfico 3 – Despesas em cultura, por tipo de entidade, em 2011	45
Gráfico 4 – População residente de acordo com faixa etária	58
Gráfico 5 – Total de empresas por sector de actividade económica em Coimbra ...	59
Figura 1 – Organigrama da Lugar Comum	62
Anexos – Material gráfico da Lugar Comum	89

Resumo

A presente dissertação tem como objecto de estudo o associativismo cultural, considerado no contexto de uma cidade de média dimensão como Coimbra, tendo específica incidência no domínio da música independente ou alternativa. Ao longo da mesma, é apresentada a evolução histórica do conceito, enquanto ramo emergente do Terceiro Sector, e posteriormente, considerada a sua influência positiva sobre o desenvolvimento social, a relação de complementaridade com o Estado e autarquias locais e, finalmente, o contributo para o exercício da cidadania. Atendendo ao quadro de crise económico-financeira, procura-se compreender a alteração de comportamentos que daí decorreram, assim como o seu impacto no investimento público das autarquias no sector cultural, e, conseqüentemente, no estímulo dado à actividade associativa. Tendo como referência a associação cultural Lugar Comum, procede-se ainda a um diagnóstico dos actuais obstáculos e desafios que se colocam ao associativismo cultural, avançando com soluções que lhe permitam recuperar a sua autonomia.

Palavras-chave: associativismo cultural, Terceiro Sector, gestão cultural, poder local, música independente.

Abstract

The present thesis takes on the study of cultural associations, regarded in the context of a medium-sized urban centre as Coimbra, with a special focus on the domain of independent or alternative music. Throughout the same, it shall be presented the historical evolution of the concept, firstly as an original branch of the Third Sector, and later, considered its positive influence over social development, its complementary relation with the State and local administration, and finally, its contribution towards the exercise of citizenship. Given the context of economical and financial crisis, it seeks to understand the behavioral shift, which emerged from there, as its impact over the local administration investment on culture, and consequently, the incentive given to associations. Taking Lugar Comum as referential, it takes note of obstacles and challenges which cultural associations are set to face, advancing with solutions that might permit the recovery of their autonomy.

Key words: cultural associativism, Third Sector, cultural management, local power, independent music.

Introdução

1. Contexto e objecto da dissertação

Em Setembro de 2008, foi-me dada a oportunidade de participar na concepção, configuração e constituição da associação cultural Lugar Comum. Sedeada na cidade de Coimbra, esta organização formou-se na confluência de um conjunto de pessoas, cujo interesse partilhado pela música resulta não só de uma componente melómana, associada a cada um dos elementos, mas também fruto de uma acumulada experiência nos domínios da rádio e da organização de concertos.

A escassa oferta de programação, até aí verificada, no segmento da denominada música independente, durante um longo período excluiu Coimbra de um circuito europeu, constituído por núcleos urbanos de média ou maior dimensão, do qual já faziam parte Lisboa e Porto. Propostas internacionais de reconhecido mérito artístico, avalizadas pela crítica e correspondentes às mais variadas expressões da música moderna (pop, rock, folk), apenas ocasionalmente passavam por Coimbra; na maioria das vezes enquadradas em festivais académicos, como a Queima das Fitas ou a Festa das Latas, e por esse motivo descontextualizadas em função do público e do espaço que as acolhia. Mesmo no caso de correspondentes propostas nacionais, não existia em Coimbra uma estrutura que, regularmente e de forma criteriosa, acolhesse esses mesmos projectos, apostando naqueles emergentes e de cariz alternativo, aproveitando a própria localização da cidade no eixo litoral entre Lisboa e Porto. Perante este quadro, restava ao público-alvo deste tipo de propostas a nem sempre economicamente viável deslocação a uma daquelas cidades, sob pena de não fruírem um tipo de oferta cultural praticamente inexistente na Região Centro.

É neste contexto que se avança para a constituição da Lugar Comum, com o objectivo de poder vir a ampliar a oferta cultural na cidade de Coimbra, especificamente na área da música independente, não só através da regular organização de concertos, mas também estendendo progressivamente o âmbito da sua actividade a domínios como a fotografia ou o cinema e, numa fase posterior, disponibilizando serviços educativos. Em qualquer dos casos, sempre preservando uma estreita ligação e subordinando cada uma das acções interdisciplinares à exploração do conceito diferenciador de música independente. Gerou-se desta forma uma oferta cultural específica, regular e periódica, que até ao final do seu primeiro ano de actividade se desenvolveu de forma impactante, num registo ainda informal e marginal a corredores e lógicas de natureza institucional, próprias da política cultural local e dos seus principais e já estabelecidos intérpretes. Fidelizou-se gradualmente um público que, até esse momento, raras vezes encontrava uma resposta que fosse ao encontro dos seus interesses culturais, no específico domínio da música moderna e independente.

Numa cidade que até há bem pouco tempo se encontrava deficitária ¹, no que toca a salas tecnicamente preparadas para a realização de concertos, configurando-se como exclusiva solução a utilização do Teatro Académico Gil Vicente, procurou a associação contornar este obstáculo por via da adaptação, reconfiguração e reinvenção de diversos espaços existentes, os quais, não servindo à partida o mencionado fim, incorporavam uma forte dimensão cultural por via da sua ligação ao sector (caso de museus, galerias de arte e pequenas salas de teatro). Esta estratégia veio dar resultados frutuosa, particularmente no aspecto de partilha de custos e recursos com as referidas instituições, promovendo ainda uma interessante intersecção de públicos.

Fruto do crescimento do projecto (de que é exemplo a transferência da sua sede para o edifício da Casa das Artes, a convite da Fundação Bissaya Barreto), houve a necessidade, por parte dos membros permanentes, em adquirir mais competências no capítulo da gestão e programação cultural, de modo a complementar a experiência acumulada ao longo dos anos.

¹ Actualmente, esta situação melhorou, com a construção do Auditório do Conservatório de Música de Coimbra. No entanto, outros espaços há que, apesar de se encontrarem preparados para o referido intuito, não dispõem de condições de agenda ou abertura por parte dos respectivos gestores, para incorporarem a realização de concertos de música moderna (casos do Teatro da Cerca de S. Bernardo ou o Pavilhão de Portugal).

Tendo em vista este acréscimo de qualificação e formação na referida área, enquanto co-fundador e Director de Programação da associação cultural Lugar Comum tomei a decisão de frequentar o Mestrado de Gestão e Programação do Património Cultural, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Atingida a etapa final deste percurso, a produção e apresentação da respectiva tese de mestrado realizou-se na estreita ligação existente com o projecto supra mencionado. Pretendendo no entanto ser mais que um mero relatório ou um estudo de caso, ainda assim não poderia deixar de fazer referência e de incorporar a realidade passada e presente da associação, uma vez que configura-se esta, em todo o caso, como o catalisador e último depositário do trabalho de investigação levado a cabo.

Não obstante se verificar a produção de um volume assinalável de trabalhos e artigos académicos subordinados ao Terceiro Sector, são poucos aqueles que, atendendo à realidade portuguesa, incidem especialmente sobre o associativismo cultural afecto à divulgação da denominada música moderna. A presente tese abordará os principais obstáculos e desafios que se colocam a estruturas daquele tipo, no actual quadro de contracção económica e de acordo com o contexto de uma cidade de média dimensão, como é o caso de Coimbra, dotada de uma especial configuração sócio-demográfica, que decorre da elevada população universitária que absorve sazonalmente. Analisará também a relação complementar existente, a nível local, entre aquelas associações e as autarquias, dando conta da sua evolução e procurando explicar a sua recente fragilização. Procurará ainda caracterizar o modo como as referidas estruturas se organizam internamente e desenvolvem a sua actividade, promovendo a reflexão e apontando soluções que se mostrem viáveis à recuperação da respectiva autonomia e capacidade de programar regularmente.

Motivos pelo quais o presente trabalho tem a pretensão de preencher, na medida do seu mérito, parte de um território que se encontra em grande parte por desbravar, designadamente incorporando uma abordagem ao conceito de cultura independente, essencial para a compreensão da actividade da Lugar Comum.

2. Sistematização

No que diz respeito à sua sistematização, o presente trabalho encontra-se dividido em três capítulos estruturantes (subdivididos por pontos que decompõem a temática respectiva nas suas mais variadas abordagens), cada um correspondente a uma etapa do estudo proposto, fazendo um caminho do conceito de maior abrangência para o de maior especificidade. A primeira, de pendor essencialmente teórico e doutrinal, visa o conceito de Terceiro Sector ou Economia Social, ao qual se subsume o associativismo cultural. Percorre este primeiro capítulo as diferentes acepções daquele, a sua evolução histórica no contexto europeu e também nacional, fazendo menção a diversos autores que através de contribuições teóricas o procuraram definir, densificar e delimitar. Procura-se ainda caracterizar a relação entre o Terceiro Sector, o Estado e o Mercado, por via a retirarmos conclusões acerca da sua interdependência e compatibilidade.

No segundo capítulo do trabalho, é abordado o segmento do associativismo cultural, partindo da noção e enquadramento histórico-teorético do conceito que lhe serve de raiz (o de associativismo), focando-se posteriormente a sua relevância em sede de desenvolvimento social e local. Por último, já abordando a sua especificidade no domínio da cultura, é aludida a sua relação com o Estado, assim como a evolução do contexto económico em Portugal e de que forma veio este a comprometer a sua função complementar face ao poder local.

Por último, na terceira parte, não só é analisado o conceito de música independente, que configura o objecto da actividade da Lugar Comum, como percorre um conjunto de capítulos (estrutura, programação, comunicação e imagem, financiamento) que conformam a actuação de associações como aquela, apresentando dados geográficos, demográficos e económicos com impacto sobre a realidade cultural de Coimbra. São ainda lançadas pistas sobre mecanismos que possam contribuir para a sustentabilidade do associativismo cultural, designadamente aludindo a vantagens decorrentes de uma programação em rede e novos instrumentos de captação de financiamento, como o *crowdfunding*.

Capítulo I

O Terceiro Sector

1. Noção

Emergente do campo sociológico, a terminologia Terceiro Sector ² serve a designação de um vasto conjunto de organizações privadas, radicadas na denominada sociedade civil, cuja actividade se encontra adstrita à prossecução de fins de natureza pública. A sua dimensão não lucrativa, expressa na relativa ou absoluta desconsideração do lucro como factor determinante para a sua actuação (e conseqüente interdição da distribuição de ganhos ou proveitos por terceiros) afasta aquele tipo de estruturas do perímetro do sector privado. Por outro lado, não obstante a coincidência de objectivos em certas áreas, como a cultura ou a acção social, e a complementaridade da sua actuação (principalmente a uma escala local), aquele tipo de organizações também não encontra no sector público o seu endereço; desde logo, porquanto o respectivo impulso constitutivo não decorre da acção legislativa de quaisquer órgãos do Estado, mas sim de dinâmicas de compromisso e de proximidade entre cidadãos. Associações, fundações ou cooperativas são exemplos de entidades identificadas com o Terceiro Sector, diferenciadas entre si quando atendemos aos pressupostos substanciais e formais da sua constituição, ao modo como se organizam internamente, aos meios de que dispõem e aos objectivos a que se propõem.

² Conceito recente, o termo “Third Sector” (Terceiro Sector) surge em 1973, na Harvard Business School, introduzido pelo economista norte-americano Theodore Levitt, pretendendo com ele referir-se a iniciativas sociais que surgiam e se desenvolviam à margem do Estado e do sector privado.

Pese embora nos depararmos com um conceito de significativa amplitude, o mesmo encontra um denominador comum à multiplicidade de estruturas que incorpora: a não vinculação, identificação ou inclusão destas nos designados Primeiro Sector (Estado ou sector público) e Segundo Sector (Mercado ou sector privado). Esta marginalidade, resultante da inadequação às exigências procedimentais da actuação pública e ao contexto empresarial da actividade privada, conduz no entanto à difícil densificação do conceito de Terceiro Sector, traduzida na *“falta de clareza e de acordo sobre uma definição, (...) que permita delimitar e quantificar um conjunto heterogéneo de organizações”*³. Deste modo, ao não comportar limites nítidos e estanques, o conceito padece de indeterminação, absorvendo toda e qualquer organização cuja actuação não se subsume aos sectores público e privado. Esta sua residualidade torna-o refém da contracção ou expansão de Estado e Mercado, daí dependendo a sua maior ou menor preponderância e abrangência em determinado momento da evolução histórica.

No seguimento do supra exposto, certos autores entendem que o Terceiro Sector pode ser figurativamente representado como ocupando um espaço “intermédio e híbrido entre três vértices de um triângulo”⁴ (“pólos de produção de solidariedades primárias”)⁵, configuração essa constituída pelo Estado, na sua dimensão político-económica, corporizado por um vasto número de entidades e órgãos ou serviços administrativos, de natureza central ou local, actuando numa lógica de serviço público (correctiva das desigualdades existentes e redistributiva); pelo Mercado, incorporando organizações privadas de âmbito empresarial e escopo lucrativo; e um terceiro vértice identificado com a economia doméstica, entendida como espaço de produção de solidariedades primárias. O conceito em questão encontra-se assim enquadrado numa relação de permanente tensão com os demais sectores, desta dependendo a sua própria configuração e a amplitude do seu espaço de actuação. De resto, como infra verificaremos, são circunstâncias históricas e opções políticas que desencadeiam em dado momento a afirmação ou retracção do Estado e a autonomia ou controlo do Mercado, daí resultando um vazio, que estruturas posicionadas na orla ou no exterior daqueles sectores passam a preencher.

³ Quintão, 2011, p. 5.

⁴ *Apud* Evers et al., 2005, p. 11-23, citado por Quintão, 2011, p. 6.

⁵ Quintão, 2011, p. 6.

Sensível a um equilíbrio de forças do qual resulta a sua constante reconfiguração, o conceito de Terceiro Sector faz referência a organizações que, na maioria das vezes, não assumem uma completa ruptura com práticas e modelos dos demais sectores, aproximando-se de uns e de outros. Seja pela adopção de uma postura institucional e hierarquização rígida da sua organização interna, própria de entidades do sector público, ou procurando soluções que garantam um elevado grau de eficácia à sua actividade, conforme se verifica no sector empresarial lucrativo, emergem estruturas de composição mitigada, factor este que contribui decisivamente para a referenciada heterogeneidade do Terceiro Sector. Daqui, claro está, resulta uma óbvia dificuldade na determinação e delimitação precisa do conceito em causa, desafio que tem aliciado e dividido académicos e, conseqüentemente, gerado diferentes abordagens e propostas de densificação do mesmo.

Durante a década de 90 do século passado, autores como Lester Salamon ⁶ e Helmut Anheier ⁷ procuraram colmatar a natureza indeterminada do conceito em causa. Para o efeito, vieram a elencar um rol de critérios-guia, caracterizadores e delimitadores daquele, tendo o resultado de tal esforço sido amplamente difundido e influenciado, enquanto referente científico, um assinalável número de instituições académicas e organizações políticas. Do trabalho realizado ressalta a consideração das estruturas do Terceiro Sector como projectos tendencialmente duradouros e permanentes, ao contrário de meras comissões restritas a uma curta janela temporal. Para tal contribui a sua estabilidade institucional, desde logo garantida pela observância de exigências formais e substanciais, sujeitas a controlo desde o acto da sua constituição, em nome da conformidade e segurança jurídica ⁸.

⁶ Economista e académico norte-americano, Professor de Economia Política na John Hopkins University e, desde 1997, Director do Centro de Estudos da Sociedade Civil no Instituto de Estudos Políticos da referida instituição universitária.

⁷ Sociólogo e académico norte-americano, Professor de Sociologia na Heidelberg University e Director do Centro de Investimento Social da mesma universidade, produziu vários trabalhos sobre a intersecção entre os fenómenos de globalização e a sociedade civil.

⁸ Com a entrada em vigor da Lei n.º 40/2007, de 24 de Agosto, que introduziu o regime especial de constituição imediata de associações, foi alterado o controlo de legalidade dos actos de constituição daquelas. A dispensa de escritura pública em favor da opção por uma denominação e estatutos de modelo previamente aprovado, dispensaram o Ministério Público do seu controlo prévio. No caso do regime geral, que ainda subsiste, cabe a entidades como as Conservatórias a tarefa de proceder ao controlo da escritura pública celebrada.

Fazem também notar os autores a relativa autonomia funcional e financeira daquele tipo de entidades face a terceiros (Estado ou sector empresarial), na medida necessária e suficiente a assegurar a independência de projectos que nascem a partir da sociedade civil e à margem da oferta já assegurada pelos demais sectores. Apontam ainda para a sua finalidade não lucrativa, por oposição ao domínio societário, habitualmente furtando-se à distribuição de eventuais excedentes ou lucros decorrentes da sua actividade, ao invés reinvestindo-os na consolidação do projecto. Por fim, assinalam o cariz tendencialmente voluntário, não remunerado, que se encontra subjacente (pelo menos numa fase embrionária ou inicial) à colaboração prestada pelos elementos integrantes das referidas estruturas.

A verificação de uma ou mais características das enunciadas não significará de forma líquida estarmos perante uma organização pertencente ao Terceiro Sector, mas como Salamon e Anheier pretenderam, oferece indícios dessa possibilidade, sendo de analisar caso a caso, na sua especificidade e heterogeneidade, da validade dessa conclusão. De salientar ainda dois critérios propostos posteriormente: a primazia, neste tipo de estruturas, do objecto social e do indivíduo sobre o capital (em clara diferença relativamente ao sector privado) e a democraticidade dos procedimentos internos (particularmente em associações de pequena escala, nas quais é promovida e aplicada a cada tomada de decisão corrente).

Mais recentemente, encontramos um semelhante exercício na Conta Satélite da Economia Social (CSES), produzida e publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a partir de dados recolhidos em 2010. Neste documento, o conceito de Terceiro Sector (no caso referido como Economia Social) encontra-se conexionado com um conjunto de comportamentos ou características comuns, que aproximam organizações de especial heterogeneidade, na medida em que, muitas vezes, desenvolvem a sua actividade em diferentes áreas, segundo diferentes tipos de gestão, comunicação ou financiamento. Assinala-se estarmos diante de entidades privadas, detentoras de personalidade jurídica e de autonomia decisória, nas quais os benefícios ou excedentes, quando existem, não podem ser objecto de apropriação pelos agentes que os criam, controlam ou financiam. Têm como escopo a satisfação de necessidades de pessoas e famílias, destacando-se ainda a sua democraticidade, utilidade social e liberdade de adesão.

Apesar do sucessivo esforço em fechar o conceito em torno de um conjunto cada vez mais preciso de referências, que lhe pudesse oferecer a necessária objectividade, torna-se necessário compreender que a sua indeterminação e abertura é, em si, um elemento essencial, se pensarmos nas diferentes organizações que se movem no âmbito do Terceiro Sector. É do maior interesse realçar que a adaptabilidade à realidade específica na qual desenvolvem a sua actividade, é muitas vezes um garante da subsistência e eficácia das referidas estruturas, razão pela qual deve ser valorizada a sua heterogeneidade, ao invés de as reconduzirmos a limites estanques. Assume-se que as organizações em causa integram princípios e mobilizam recursos de três pólos distintos: o sector público, o sector privado e a economia doméstica. É a partir desta equação que se forma o conceito de Terceiro Sector, suficientemente abrangente e elástico para acomodar soluções institucionais diferentes entre si, como sejam as cooperativas, as mutualidades, fundações ou associações.

Ao falarmos no presente de Terceiro Sector, assinalamos um conjunto de estruturas cuja actividade e justificação assenta, sobretudo, no preenchimento de segmentos que se encontram à margem de uma estrita lógica lucrativa e para além das cada vez mais reduzidas possibilidades orçamentais do Estado, o qual não possui muitas vezes a capacidade de prover pela cobertura de todas as necessidades da população (em especial quando não são entendidas como básicas ou prioritárias, como acontece com a cultura ou o desporto). Deste modo, não raras vezes encontramos estas organizações numa posição de complementaridade ou subsidiariedade, sendo de capital interesse para o presente trabalho compreender a evolução do Terceiro Sector e da sua relação com o Estado ao longo da História. Possibilitará essa breve resenha histórica uma mais clara noção do caminho de valorização deste tipo de entidades, particularmente no que diz respeito ao associativismo cultural, por referência ao objecto da presente tese.

2. Evolução Histórica

2.1 A Economia Social

É no século XIX, no contexto da designada Questão Social ⁹ e de uma progressiva hegemonização da ortodoxia liberal, que surgem as primeiras experiências no âmbito dos chamados movimentos sociais. Organizações de tipo mutualista, alicerçadas em valores de entreatajuda e reciprocidade, emergem na Europa Ocidental, garantindo a protecção e assistência social dos seus membros, por via da formação de um fundo comum para o qual os beneficiários do mesmo contribuem. É também neste período que se multiplicam associações de índole sindical, cultural ou científica, assim como cooperativas ¹⁰ de produção, de consumo e de crédito. Em qualquer dos casos pretende-se não só dar resposta à pauperização do proletariado, como também, através das referidas estruturas, construir alternativas de índole política e económica ao modelo capitalista, ¹¹ em favor de uma verdadeira Economia Social. De resto, um termo que perduraria até aos nossos dias, recolhendo especial acolhimento em França e em países por ela culturalmente influenciados.

No quadro de uma sociedade marcada pela Revolução Industrial, que gerava enormes fracturas sociais, as mencionadas organizações viriam a encontrar terreno fértil para o seu desenvolvimento. O risco de as condições de extremo empobrecimento da classe operária poderem desencadear uma série de reacções disruptivas e violentas, que pudessem colocar em causa o processo de industrialização, reclamava um conjunto de soluções que protegessem o indivíduo, humanizando as relações sócio-laborais e fortalecendo a sua posição. É por via das referidas iniciativas que se passa a promover o combate ao seu isolamento social, procurando instituir e salvaguardar um acervo mínimo de direitos e garantindo o respeito básico pela condição do trabalhador.

⁹ Surge na Europa Ocidental, durante o século XIX, referindo-se ao fenómeno de extrema pobreza observado na classe proletária, a qual ganhando consciência da sua condição passou a contestar a exploração desregulada de que era objecto.

¹⁰ O cooperativismo surge pelas mãos do movimento cartista britânico, em meados da década de 30, do séc. XIX, gerando réplicas em França e Alemanha. Na sua génese esteve o socialismo utópico de Charles Fourier ou o social-cristianismo de Le Play.

¹¹ No caso das cooperativas, eliminando a figura do intermediário e concedendo ao trabalhador a propriedade dos seus instrumentos e a participação nos resultados do seu próprio desempenho.

Inspiradas pelo socialismo utópico de Charles Fourier ¹² e pelo social-cristianismo de Frédéric Le Play ¹³, as mencionadas iniciativas encontraram os fundamentos da sua actividade em princípios de entreatajuda, cooperação e caridade, mobilizando para tal recursos vários de natureza monetária (contribuições de associados e donativos de terceiros) ou de indústria (por via da prestação de trabalho voluntário). O crescente impacto destas organizações, na sua dimensão associativa, cooperativa ou mutualista, levou a que na viragem para o século XX, obtivessem o reconhecimento institucional de vários ordenamentos jurídicos, passando a ser enquadradas na respectiva legislação civil e laboral.

2.2 Da Grande Depressão ao Welfare State

Mais tarde, surgem os primeiros sinais de que o conceito de Economia Social, tal como era entendido, poderia vir a ser posto em causa por se revelar insuficiente. Fruto da Grande Depressão de 1929, abateram-se sobre a classe proletária elevadas taxas de desemprego, deixando os trabalhadores numa situação de enorme fragilidade. É na Suécia que, perante este drama social, alguns autores, de entre os quais se destaca Gunnar Myrdal ¹⁴, desenvolvem o conceito de “políticas sociais produtivas”. Estas, da responsabilidade do Estado, deveriam ir além do mero apoio a situações de pobreza, procurando inscrever nas decisões tomadas pelo sector público critérios de eficiência e racionalidade económica.

¹² Filósofo francês (1772 - 1837), é considerado um dos pais do cooperativismo, sendo ao mesmo tempo um feroz adversário do capitalismo e da industrialização do seu tempo. Foi ele que desenvolveu as primeiras teorias em torno do movimento cooperativo, afirmando que se permitisse aos indivíduos realizar livremente as suas inclinações, se produziria um estado de harmonia entre todos. Numa sociedade verdadeiramente justa, os rendimentos obtidos seriam repartidos entre os trabalhadores / elementos dos falanstérios (comunidades) e os capitalistas que investiam dinheiro na sua construção.

¹³ Economista francês (1806 - 1882), passou a sua infância na pobreza, facto que o levou a teorizar sobre a degradação das condições de vida das camadas proletárias como consequência da inexistência de solidariedades tradicionais no espaço urbano, defendendo medidas assentes no papel da família, por forma a proteger o indivíduo do isolamento.

¹⁴ Economista sueco (1898 - 1987), recebeu o Prémio Nobel da Economia em 1974, o qual dividiu com Friedrich Hayek, pela sua análise da interdependência dos fenómenos económicos, sociais e institucionais.

As referenciadas políticas eram agora entendidas como mais que um mero custo orçamental, sendo um investimento no bem estar social, segurança e progresso económico, visando assegurar patamares de maior consolidação social. Passa a ser um imperativo prevenir e controlar fenómenos como o desemprego em massa e a sua propagação, travando a emergência de bolsas de pobreza nos centros urbanos e o seu crescimento sistémico. Procura-se implementar políticas sociais mais ambiciosas que o mero assistencialismo, coordenadas pelo poder público e não reduzidas a meros mecanismos reactivos, porquanto as diversas estruturas já mencionadas (associações ou cooperativas), que prestavam um importante serviço de protecção social, não formavam ainda assim uma rede articulada num plano geral. Estavam desta forma lançadas as bases para a assunção e apropriação pelo Estado de políticas públicas de cariz social, que viriam a ter expressão no chamado Welfare State ¹⁵.

No seguimento da II Guerra Mundial, verificou-se um período de acelerado crescimento e notória prosperidade económica e social ¹⁶. Durante 30 anos, o Welfare State, ou Estado Social, defendido pela corrente keynesiana, pretendeu assegurar o correcto funcionamento do mercado, actuando como agente e regulador da actividade económica, prestando bens e serviços de utilidade pública. Ao Estado caberia assegurar um conjunto de direitos fundamentais nos domínios da saúde, educação, emprego e acção social, por via da implementação de políticas públicas, o que significava um aumento substancial do orçamento dos respectivos sectores e uma intervenção correctiva na área económica se, estando em causa a acção ou omissão do Mercado, se verificasse a existência de desequilíbrios com um impacto social. Foi deste modo concebido um modelo, no âmbito do qual a acção económica do Mercado, é passível de ser regulada pela intervenção do Estado, tendo por critério a justa redistribuição dos recursos.

¹⁵ Fundado sobre princípios de igualdade de oportunidades e redistribuição da riqueza, este modelo financia-se por via da receita fiscal, assente em impostos habitualmente do tipo progressivo, havendo uma transferência dos mesmos para a economia, prestação de serviços públicos e benefícios sociais. Pressupõe um acordo social tripartido entre trabalhadores (representados pelos sindicatos), patronato (representado por associações patronais) e o Estado.

¹⁶ No pós-II Guerra Mundial, o Estado de Bem – Estar Social expandiu-se após experiências de sucesso nos países escandinavos (Folkhemmet). Na Suécia, entre 1960 e 1991, a taxa de pobreza absoluta diminuiu de 23,7% para 5,8%, ao passo que na Dinamarca se registou um semelhante decréscimo de 26,4% para 5,9%.

Em contraste com a expansão do mencionado modelo, adoptado por grande parte dos Estados europeus, com inicial e particular incidência no Norte da Europa, as supra referidas organizações de natureza mutualista, associativa e cooperativa vieram a perder preponderância e autonomia. A implementação de políticas públicas sociais implicou a sua relativa instrumentalização pelo Estado, na medida em que este não só chamou uma parte significativa do campo de actuação daquelas, como também passou a produzir legislação que viria a limitar a autonomia de tais estruturas, aproximando-as da lógica do sector público e contribuindo decisivamente para o seu apagamento.

Em finais da década de 60, vários conflitos e transformações sociais abalam a Europa, tendo um assinalável impacto no mundo do trabalho e relações sociais ¹⁷, acrescidos de sucessivas crises económicas e energéticas¹⁸. A incerteza e insegurança que tais conflitos acabam por gerar, torna gradualmente o espaço do poder político mais exíguo e sindicável pela opinião pública e eleitores. Sujeitos a uma incomportável pressão orçamental, alguns Estados europeus progressivamente transferem para o sector privado um conjunto de serviços e de bens que até esse momento asseguravam em exclusivo. Pretenderam dessa forma libertar-se do peso que sobre eles pendia, decorrente da amplitude das suas políticas públicas e presença económica em cada vez mais sectores. O desemprego estrutural, em particular, colocou a nu algumas das fragilidades do modelo de Estado Social, que não conseguiu dar resposta ao seu impacto nas já existentes formas de pobreza tradicionais ou, principalmente, suster o aparecimento de novas formas de exclusão social. À medida que emergia uma “nova questão social”, passou a assistir-se à descentralização de serviços, com a cedência de maior autonomia a pessoas colectivas de índole territorial e ao reforço do poder local, tendência acompanhada por um *empowerment* da sociedade civil.

¹⁷ Caso do Maio de 68, em França, que após protestos de sectores estudantis acabou por posteriormente evoluir para uma sucessão de greves gerais, ocupações de fábricas e instabilidade social e política, tendo envolvido cerca de 11 milhões de operários e mais de 22% da população à altura.

¹⁸ Em 1973, a Crise do Petróleo, decorrente do embargo levado a cabo pelos Estados-Membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo Árabe em reacção ao apoio militar e logístico prestado pelos EUA a Israel durou cerca de cinco meses, fazendo disparar os preços do petróleo em todo o mundo. Semelhantes efeitos verificar-se-iam em 1979, aquando da Crise Energética que emergiu imediatamente após a Revolução Iraniana.

2.3 A revitalização do Terceiro Sector

O supra mencionado emagrecimento do sector público contribuiu decisivamente para a revitalização das estruturas do Terceiro Sector. Particularmente sentido em meados da década de 90, o renovado impulso correspondeu a uma denunciada incapacidade demonstrada pelo Estado em prover pelo bem-estar e necessidades da comunidade, em solucionar problemáticas como o desemprego estrutural ou em definir um projecto social transversal a todos os sectores da sociedade. Sobredimensionado em certos casos, o sector público viu-se confrontado com o sucessivo questionamento das suas estratégias, as quais, enredadas em processos burocráticos ou mal direccionadas, não garantiam a eficácia necessária e exigida pelo esforço orçamental correspondente.

Não se demitindo por completo das suas funções, o Estado passou a considerar as organizações do Terceiro Sector como parceiros estratégicos ¹⁹ na adopção de certas políticas sociais de emprego ou de desenvolvimento regional e local, com o intuito de melhorar as condições socioeconómicas da população ²⁰. Reconheceu-se às referidas estruturas uma maior capacidade de actuação junto da comunidade, identificada pela proximidade e confiança na relação com as populações (por contraposição ao natural distanciamento da administração do Estado), no envolvimento e participação destas nas estratégias levados a cabo, na mais eficaz interpretação e compatibilização da sua actividade com as necessidades do indivíduo e a criatividade e inovação dos projectos postos em prática. ²¹ Esta conjugação de esforços e crescente convocação do Terceiro Sector para uma lógica de prestação de serviços, não só multiplica as organizações respectivas, como também o número de operativos e colaboradores que participam em tais projectos. A partir desse momento, a relevância económica deste sector passa a ser medida também enquanto criador de emprego, porquanto, não obstante em larga medida estas estruturas dependerem bastante do voluntariado, o seu crescimento passa a contemplar o trabalho profissionalizado e remunerado.

¹⁹ De acordo com Boaventura Sousa Santos, Estado e Terceiro Sector não podem ser concebidos separadamente, rejeitando a ideia de responsabilização e abandono do modelo de Estado Social, porquanto deve ser o Estado a criar condições para a sã convivência entre aquele e o Terceiro Sector.

²⁰ *Apud* Westlund, 2003, p. 168, citado por Ramos, 2012, p. 10.

²¹ *Apud* Campbell, 2000, citado por Ramos, 2012, p. 10.

Ainda que as organizações do Terceiro Sector não inscrevam a criação de emprego como o principal objectivo da sua actuação (ao invés da já mencionada satisfação de necessidades de natureza altruísta)²², a crescente expressão destas estruturas²³ acaba por corresponder a uma capacidade de assegurar um número significativo de postos de trabalho. Evidência esta que dita que qualquer análise económica do emprego leve em linha de conta, no quadro nacional ou internacional, as organizações do Terceiro Sector, enquanto agentes promotoras de emprego, lado a lado com as empresas e o Estado. Num período em que o desemprego se afigura como a mais problemática consequência da crise económica e financeira em que a Europa ainda se encontra mergulhada, as mencionadas estruturas são hoje apontadas como potenciais agentes de empregabilidade, dado absorverem um número significativo de colaboradores em regime assalariado (não obstante, em fases embrionárias dos projectos, ser habitual o desenvolvimento de relações fundadas em trabalho voluntário).

Por outro lado, são estabelecidas relações comerciais de natureza corrente com terceiros, indispensáveis ao sucesso da actividade prosseguida, e que se traduzem na prestação de serviços ou bens essenciais a esse objectivo. Dessa interacção com agentes do sector empresarial, as organizações do Terceiro Sector estão também a estimular, enquanto consumidoras, a produção e o emprego nas empresas. Por último, é ainda apontada a relação com os colaboradores que dependem delas, uma vez que as remunerações que lhe são pagas servirão, na parte não destinada a aforro, para a aquisição de bens e serviços junto de terceiros, por essa via dinamizando a economia e a manutenção e eventual criação de postos de trabalho²⁴.

²² *Apud* Westlund, 2003, citado por Ramos, 2012, p. 8.

²³ De 1990 a 1995, o crescimento do emprego no Terceiro Sector em países como França ou Alemanha rondou os 40%, face a um crescimento total que se fixou em 3% e 10%, respectivamente, nos citados estados. Também no ano de 1995, Holanda (12,6%) e Irlanda (11,5%) apresentavam já significativas percentagens de população empregue em organizações do Terceiro Sector. Resultados mais recentes (estudo da Univ. John Hopkins, datado de 2005, promovido por Franco, Sokolowski, Hairel e Salamon, citado por Ramon, 2012, p. 14) demonstram que aquela tendência de crescimento se verificou, registando-se contudo uma diferença entre a Europa do Norte e do Sul, destacando-se nesta última, e pela negativa, o caso português que à altura registava apenas 4% (pessoal remunerado e voluntário) de população empregue no Terceiro Sector.

²⁴ *Apud* Almeida, 2011, citado por Ramos, 2012, p. 12.

De salientar ainda, no actual contexto de crise económica, o facto de ser assinalada a certas organizações do Terceiro Sector, marcadas por motivações assistencialistas ou de acção social, a sua enorme importância enquanto almofadas ou suportes dos efeitos negativos resultantes das elevadas taxas de desemprego verificadas, as quais poderão em último caso conduzir a fracturas sociais, passíveis de condicionar a estabilidade e sustentabilidade do sistema democrático. Ou seja, o Terceiro Sector tem hoje uma dupla importância e função ²⁵, quando colocado perante o flagelo do desemprego na Europa, ao assumir a veste de agente criador de postos de trabalho e mecanismo de atenuação das consequências do desemprego.

Dado o exposto, interessa sublinhar que os desafios que se colocam na actualidade ao Terceiro Sector são diversos e complexos, o que potencia a sua crescente amplitude e já referida heterogeneidade ²⁶. A nova Economia Social parte de uma actualização de um conjunto de valores que no passado fundamentaram o seu surgimento, como é o caso da entreatajuda e solidariedade. Mais que uma resposta à insuficiência de um Estado cada vez mais exíguo ou o combate a uma visão neoliberal dominante ²⁷, o Terceiro Sector procura hoje o desenvolvimento social e cultural da comunidade, por via de projectos participados e influenciados directamente pelo individuo, que chama a si uma quota parte da responsabilidade democrática de agir e valorizar a sociedade na qual vive, comprometendo-se com os seus pares, numa dinâmica colectiva. De resto, a desconfiança e algum desencanto pela participação político-partidária leva a que o indivíduo se volte para as organizações do Terceiro Sector, nas quais mais facilmente encontra a abertura para poder influir directamente no resultado final e nele deixar a sua impressão digital.

²⁵ Apud Bidet, 2006, citado por Ramos, 2012, p. 11.

²⁶ Autores como Bubb, consideram que uma maior homogeneidade do Terceiro Sector seria atingível por via de um processo de profissionalização das organizações que integram aquele, designadamente recrutando colaboradores especializados e formando todos aqueles que, trabalhando no sector, o fazem em regime voluntário. Porém, interessa questionar se não significaria esta opção uma correspondente descaracterização de tais estruturas e o abandono da sua mais-valia, à luz do que supra expusemos.

²⁷ A abordagem neoliberal, inspirada por autores como Hayek, afasta o intervencionismo do Estado, defendendo que os mecanismos do Mercado deveriam ser superiores à produção directa daquele. Afirma a primazia do indivíduo sobre colectivo, colidindo com a teoria keynesiana de que o bem-estar social deveria ser da responsabilidade exclusiva do Estado.

Uma outra forma de o Terceiro Sector se confrontar com a multiplicidade de desafios das sociedades modernas encontra resposta no surgimento de novas estruturas, fora do quadro clássico ao qual pertencem as associações e as cooperativas. Nos últimos anos, as Organizações Não Governamentais (ONG) assumiram uma notável relevância ao darem resposta a questões contemporâneas em áreas de inovação social, como seja o comércio justo ou o crédito solidário. A própria via associativa, à qual infra daremos tratamento mais pormenorizado, tende nos dias de hoje a explorar territórios que até há bem pouco tempo lhe eram estranhos, designadamente multiplicando-se por segmentos cada vez mais específicos e correspondentes a novas culturas ou tendências sociais. Procura-se que tais estruturas sejam numa sociedade um tanto ou quanto atomizada, dispersa e marcadamente urbana, faróis de pertença e comunhão entre indivíduos que partilham desígnios e projectos comuns na sua diferença.

Do deduzido, podemos concluir que o Terceiro Sector tem hoje uma inquestionável importância no contexto europeu, e uma particular relevância para o projecto da União Europeia, que desde há muito compreendeu ser fundamental a articulação dos seus programas de desenvolvimento regional e de apoio em áreas sensíveis, como o crescimento da economia e do emprego ou a atenuação das desigualdades entre cidadãos dentro do espaço europeu, com o máximo de organizações e estruturas locais que actuem num registo de proximidade²⁸. Esta articulação é também ela tida em conta pelos Estados que, dispondo de cada vez menos recursos orçamentais para garantir a plena cobertura de áreas como a acção social, a cultura ou a educação, procuram que a sua acção seja complementada pelas referidas organizações. Estas, são hoje veículos de expressão e actuação da sociedade civil, subtraídas à lógica de poder característica dos partidos políticos e maioritariamente inclusivas, na medida em que pressupõem a abertura à colaboração de todos aqueles que partilham do seu desígnio. São por isso espaços de consolidação cívica e democrática.

²⁸ Após Maastricht, a União Europeia recomendou aos estados-membros a adopção de modelos de *boa governança*, traduzidos na participação dos cidadãos no governo da comunidade, directa ou indirectamente, através de instituições da sociedade civil; na exigência de maior responsabilidade e transparência no exercício do poder; na busca prioritária de consensos no âmbito de relações sociais; na inclusividade de todos os grupos minoritários perante os objectivos da sociedade; na maior eficácia de processos e instituições governamentais; e no sindicância de todas estas pelos cidadãos que são afectados pelas suas decisões.

3. O Terceiro Sector em Portugal

3.1 As dificuldades de uma industrialização tardia

No início do século XIX, Portugal permanecia um país pré-industrializado, cuja economia era ainda marcadamente mercantil e acentuadamente colonial. Ao contrário do verificado na Europa do Norte, em que a sucessiva aposta no avanço tecnológico lançava já há algum tempo bases sustentadas para um contínuo processo de industrialização, no nosso país era visível o atraso nos meios e técnicas de produção utilizadas, na sua maioria artesanais. As bolsas de indústria à altura existentes, em número reduzido, encontravam-se reféns de estruturas rígidas e desactualizadas, numa lógica de produção de pequena escala. Efeitos negativos na economia nacional, fruto da instabilidade causada pelas invasões napoleónicas, foram particularmente sentidos no sector comercial, com a perda da exclusividade de trocas com o Brasil e uma progressiva influência e controlo britânico sobre os mercados. Assistiu-se a um enfraquecimento da posição portuguesa no plano europeu e a uma redução drástica dos recursos nacionais.

Apenas em meados da década de 20, se assiste a uma primeira e tentativa de industrialização do país em larga escala. Aposta-se na receita da liberalização do sector, na criação de um aparelho financeiro que fosse capaz de o suportar e na construção de infra-estruturas de transporte e de comunicações que o pudessem servir. Este esforço é prosseguido e intensificado mais tarde, em 1836, pelo governo setembrista de Passos Manuel, o qual adopta um conjunto de medidas de natureza proteccionista e progressista ²⁹. Não obstante a adopção das referidas medidas, não vieram estas a ter o alcance e o impacto previsto aquando da sua concepção, pelo que se pode hoje falar num fracasso parcial da política setembrista no mencionado domínio.

²⁹ Nomeado Ministro do Reino, Passos Manuel exerceu a sua actividade governativa durante um curto período de 9 meses (10.09.1836 – 01.06.1837), ao longo dos quais, favorecido por um quadro de ditadura, que dispensava a fiscalização parlamentar, levou a cabo uma intensa acção reformista. Reformou o sistema tributário, promulgando novas pautas aduaneiras que passaram a regular também as trocas com Inglaterra e, desse modo, permitiram um novo fôlego ao comércio externo. Portugal recuperou a sua soberania alfandegária e pela primeira vez foram adoptadas medidas proteccionistas que colocaram em causa interesses britânicos. Foram ainda criadas escolas de ofícios, associações fabris, agrícolas e industriais, surgiram novos sectores produtivos (químicos, cortiça, tabaco), implementou-se a divisão do trabalho e reformou – se a legislação administrativa.

Vários factores concorreram para este resultado, de entre os quais uma sucessiva oposição da burguesia conservadora, e há muito afastada do poder, cujos interesses de natureza latifundiária e mercantil colidiam com o plano reformista de Passos Manuel. Esta sua dinâmica, de resto, fez com que a fileira dos seus opositores engrossasse, à medida que afrontava mais interesses e via diminuir a sua inicial base de apoio política. Internacionalmente, a resistência às medidas de índole proteccionista por parte de Inglaterra, que detinha uma preponderância económica substancial, revelou-se um factor dissuasor.

Pressões políticas e um progressivo isolamento do Executivo, conduziram à sua demissão e, posteriormente, em 1842, à tomada do poder pelos cartistas, por via do golpe militar liderado por Costa Cabral ³⁰. Em resultado disso, o até aí verificado impulso industrial afrouxou de ritmo, tendo algumas das medidas proteccionistas sido deixadas para trás.

Mais tarde, em 1851, inicia-se o período conhecido por Regeneração, cujo desígnio estratégico para o país compreendia a reforma do sistema político e a criação de um conjunto de infra-estruturas indispensáveis ao progresso do país. Pretendia o movimento regenerador eliminar constrangimentos de ordem institucional e política que repetidamente sustinham e impediam Portugal de se aproximar do patamar em que se encontravam as restantes nações europeias, para tal apontando o caminho do fomento económico e a promoção de necessárias reformas administrativas. Para que tal fosse possível, assegurou-se a estabilidade política ³¹, partindo-se então, num segundo momento, para o crescimento económico traduzido na modernização e construção de equipamentos no domínio das comunicações e transportes, por forma a eliminar os efeitos negativos da grave interioridade que se verificava no país, e assim dotar o desenvolvimento industrial de estruturas de apoio.

³⁰ Costa Cabral protagonizou uma governação que pretendia romper com o setembrismo antecedente, promovendo uma centralização administrativa e burocrática, por forma a uma maior estabilização da nação. Foi contudo muito criticado à altura, designadamente no que diz respeito à existência de indícios de nepotismo e corrupção na órbita do Executivo, particularmente fortes no âmbito da política de obras públicas levada a cabo.

³¹ A estabilidade política foi assegurada por via da aprovação do Acto Adicional de 1852 à Carta Constitucional de 1826, o qual condicionava a actividade parlamentar, reduzindo a democraticidade de todo o sistema político.

É neste contexto que surge o chamado *fontismo* ³², por via da acção de Fontes Pereira de Melo, inicialmente na Fazenda Nacional e, mais tarde, no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. O processo de industrialização do país deixava o estado de adormecimento em que tinha mergulhado, durante o período de Costa Cabral, sendo reinscrito como projecto nacional à luz das ideias de Fontes Pereira de Melo. Procurando cumprir com este desígnio, de modo a recuperar o país do atraso económico e tecnológico, o referido ministro introduziu o caminho-de-ferro, ampliou a rede rodoviária, construindo um rol significativo de estradas e de pontes, promoveu a instalação do telégrafo e criou institutos industriais e agrícolas.

Contudo, apesar do esforço em causa, o desenvolvimento industrial não correspondeu às expectativas, revelando-se lento no seu processo de implementação e tardio quando comparado com a evolução registada em outros países europeus. Mais, a própria estrutura sócio-cultural do país, na sua maioria ainda muito conservadora, funcionou como uma força de bloqueio à introdução de alterações progressistas. Por último, projectos como os enunciados, dada a parca capacidade de financiamento por parte de um sector bancário bastante débil, encontraram suporte financeiro junto de instituições de crédito britânicas, por via de empréstimos externos que viriam a ter efeitos negativos na já agudizada dependência face ao estrangeiro e comprometeram a boa execução de alguns daqueles ³³.

Por vezes titubeante, verificou-se de uma maneira geral por parte do poder político, entre o início e o final do século XIX, um esforço de desenvolvimento económico, traduzido em vários momentos por processos de industrialização. Contudo, nunca foi alcançada na sua plenitude a prometida modernização que recolocaria Portugal junto das potências europeias que mais avançadas, as quais, fruto de terem partido primeiro e corrigido as suas assimetrias estruturais, detinham uma assinalável vantagem no domínio concorrencial.

³² “*Acima do cavalo da diligência está o trâmuei, acima deste a locomotiva, e acima de tudo o progresso!*” – Fontes Pereira de Melo, *in* Discurso na Câmara dos Deputados.

³³ Também o deficit crónico da balança comercial nacional e conseqüente dependência económica de países estrangeiros configuraram elementos prejudiciais à eficácia da implementação da política de fomento fontista.

No domínio legislativo ³⁴, foram aprovados diplomas que repercutiam políticas de desenvolvimento económico e social implementadas em outros países, com o intuito de assegurar semelhantes resultados. Porém, a sua adopção tardia e a instabilidade política que subsistiu em alguns períodos daquele século, somada à existência de grupos de interesse com um enorme poder na sociedade portuguesa, conduziu a que os resultados obtidos demonstrassem uma baixa eficácia das medidas adoptadas. Esta dificuldade em manter processos de industrialização duradouros e consequentes levou a que o país, durante várias décadas, se deixasse enredar numa economia ruralizada, refém de uma sociedade profundamente conservadora, na qual a Igreja Católica se manteve como uma forte presença e influência política (particularmente no interior).

Atendendo ao exposto, Portugal não reuniu condições, semelhantes às encontradas no Norte da Europa, para o desenvolvimento de organizações do Terceiro Sector. A não existência de um forte movimento proletário e urbano, ou tão pouco de uma classe média burguesa, empreendedora e dinâmica, reduziu as possibilidades de formação de iniciativas do tipo associativo, mutualista ou cooperativo, pelo menos com o mesmo impacto e proliferação registada por toda a Europa.

Não obstante, sempre podemos afirmar que Portugal não se afastou do trilho percorrido pelos seus pares, não gozando ainda assim, como já vimos, das mesmas condições estruturais, políticas e sociais para fazer esse caminho a um ritmo semelhante. Razão pela qual, também as organizações do Terceiro Sector, embora paulatinamente tenham ocupado o seu espaço, não o hajam feito tão cedo como noutros países, nem tão pouco com o mesmo nível de estruturação ou amplitude de actuação. O surgimento em Portugal, numa primeira fase, de algumas organizações do mencionado tipo encontra-se quase exclusivamente delimitado a Lisboa, nunca tendo atingido a relevância e o grau de penetração verificado em outros estados europeus ³⁵.

³⁴ Em 1867, é aprovada e adoptada a Lei Basilar, que veio conferir às organizações do Terceiro Sector enquadramento jurídico no ordenamento português, à semelhança da tendência europeia que vinha reconhecendo a relevância da sua actividade.

³⁵ *Apud* Carreira, 1996, p. 387, citado por Quintão, 2011, p. 8.

3.2 O ocaso durante o Estado Novo

A viragem para o século XX trouxe com ela um assinalável crescimento demográfico nas áreas urbanas. Concorreu este factor para a progressiva alteração de paradigma no sector laboral, o qual, desde meados do século XIX, registava uma lenta, mas consistente, proletarização. Novas indústrias nos domínios da metalurgia, vidros ou têxteis fabris, exigiam um operariado mais qualificado, à semelhança do que já acontecia no restante mapa europeu. Consequência imediata, até meados da década de 20, registou-se um significativo aumento de cooperativas, as quais passaram de 17 para 338. É também nesta viragem de século que se formam as primeiras companhias de grande dimensão, às quais o Estado vem a conceder privilégios na exploração de importantes sectores da economia nacional e colonial (transportes, comunicações, electricidade e siderurgia). Todavia, diversos projectos subsistiram na dependência de capitais estrangeiros, convivendo com um amplo conjunto de indústrias de pequena e média dimensão, de tipo familiar, que caracterizavam o tecido empresarial português. Politicamente, a instabilidade verificada em diversos períodos do século XIX, nem por isso foi afastada durante as primeiras décadas do novo século, marcadas por uma sucessão de experiências governativas, na sua maioria abruptamente interrompidas, sem tempo ou sequer apoios para que pudesse ser implementado um programa de modernização do país, transversal a sucessivas legislaturas.

O rumo até aí tomado e supra descrito, que procurou implementar em Portugal alguns dos modelos económicos e sociais das principais potências europeias, muitas vezes apostando numa adaptação e tonificação dos mesmos de acordo com a realidade nacional, viria a conhecer um abrupto desvio. Com o Estado Novo inicia-se um longo regime ditatorial que reprime e passa a controlar as organizações formadas a partir da sociedade civil, instaurando um regime corporativo. Passa a existir uma clara preferência pela via do isolacionismo, face a uma Europa que, com a excepção do período que antecedeu a II Grande Guerra, possuía uma matriz maioritariamente democrática. De 1933 a 1974, verifica-se um certo conformismo com a dimensão rural do país, ao qual correspondeu uma mais paulatina estratégia de industrialização. As organizações do Terceiro Sector, condicionadas, ou mesmo reprimidas, acabam por ser reconfiguradas de acordo com um modelo de cariz corporativo, que permite ao Estado o controlo da sua acção.

Diminuídas na sua autonomia, face a um entendimento conspirativo e securitário, por parte do regime, de qualquer iniciativa provinda da sociedade civil, tornam-se escassas as possibilidades de desenvolvimento das mencionadas organizações. Neste mesmo período, a Igreja Católica não perde, e até readquire, a sua preponderância e influência, chamando a si grande parte da protecção social e acção caritativa junto das classes empobrecidas. Ao mesmo tempo que por toda a Europa, logo no pós-Guerra, é colocada em prática o projecto do Estado Social, num contexto de crescente prosperidade económica, Portugal persiste de costas voltadas, ao invés embrenhando-se em vários conflitos militares em África, os quais viriam a ser desgastantes para o regime e, em grande parte, causadores da sua queda em 1974.

3.3 O ressurgimento em contexto de liberdade

Durante o período conhecido como PREC ³⁶, que se estendeu pelos dois anos subsequentes à Revolução de 1974, a construção de um modelo político e social democrático passou pela adopção de opções ideológicas e económicas identificadas com a esquerda socialista e revolucionária. A difícil aceitação e implementação das mesmas junto de determinados sectores da sociedade, no contexto de ruptura com o passado e de constante incerteza, gerou enorme instabilidade. Contudo, é um período de assinalável dinamismo do Terceiro Sector, traduzido pelo aumento do número de organizações cuja actividade percorria múltiplos sectores da sociedade, associadas à recuperação de direitos e liberdades até aí sonegadas (associativismo político e sindical) ou vocacionadas para a resposta a necessidades básicas de alfabetização, saúde, cultura e habitação. Esta explosão de estruturas identificadas com o Terceiro Sector, de carácter formal ou informal, decorreu da acção predominantemente mobilizadora de segmentos da sociedade ligados a determinadas áreas profissionais, afirmações culturais ou mesmo realidades locais, por forma a suplantar, no imediato, carências estruturais há muito agudizadas. Estas iniciativas caracterizaram-se por uma vocação agregadora, por vezes integrando uma marcada componente político-ideológica, permanecendo, algumas delas, ainda muito ligadas ao primeiro sector (Estado) por via de uma relativa dependência.

³⁶ Processo Revolucionário Em Curso (PREC) compreende o período entre o 25 Abril de 1974 e a aprovação da Constituição da República Portuguesa, em Abril de 1976, sendo que alguns autores restringem essa definição, de uma forma mais estrita, ao Verão Quente de 1975 que viria a culminar com o Golpe Militar de 25 de Novembro desse mesmo ano.

Esta componente ideológica viria a esbater-se à medida que o país chegou à década de 80, um período inicialmente fragilizado por crises económicas, mas no qual era já apontada uma progressiva convergência com a Europa Comunitária, tendo em vista a integração do país na chamada “Europa dos Doze”, o que viria a acontecer em 1986. Face a estes condicionalismos, o ímpeto inicial do Terceiro Sector, que se tinha verificado logo após a Revolução de 74, vem a refrear significativamente, sendo de assinalar o desaparecimento de múltiplas estruturas do tipo cooperativo, sinal de uma gradual transformação no sector.

A entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, é o momento em que se abre um período de maior prosperidade económica (por via do acesso ao “mercado livre” e a fundos comunitários) e de estabilidade política (com as primeiras maiorias absolutas parlamentares). Processos de convergência legislativa e também económica intensificaram-se nesta fase, pelo que também o Terceiro Sector nacional se aproximou progressivamente dos modelos adoptados no plano europeu, reduzindo-se drasticamente a forte componente ideológica que, em certos casos, tinha sido associada a estas estruturas durante os primeiros anos de liberdade. É um período em que se regista um significativo aumento deste tipo de organizações, com particular destaque para as fundações e associações, as quais se estenderam para novos campos de actuação (ambiente, imigração, consumo) e se multiplicaram na esfera local (em áreas como o desporto ou a cultura). No final da década de 90, as associações sem fins lucrativos eram as organizações com maior expressão numérica em Portugal, contando com 17000 unidades contabilizadas ³⁷.

À semelhança de países mediterrânicos como Espanha e Grécia, o Terceiro Sector em Portugal ganhou uma maior visibilidade apenas nas últimas décadas do séc. XX, em razão de restrições à liberdade de associação e livre pensamento impostas por regimes autoritários que persistiram até bastante tarde. Verifica-se também nestes países um vínculo daquelas organizações a estruturas ideológicas, sindicais ou religiosas (no caso grego à ortodoxia católica), sinal de que, em certos casos, o percurso para uma completa autonomia do Terceiro Sector não se encontra ainda completo.

³⁷ *Apud* Carneiro, 2006, p. 348, citado por Quintão, 2011, p. 13.

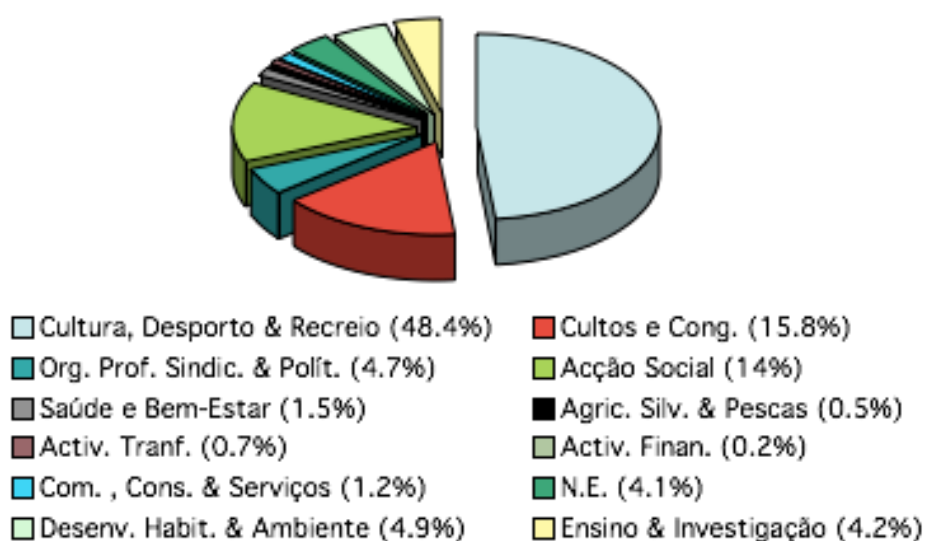
3.4 Análise do Terceiro Sector na actualidade

Em Portugal, são escassos os estudos que oferecem detalhadas informações sobre o real impacto ou a amplitude do Terceiro Sector. Em 2005, numa cooperação entre a Universidade Católica e a John Hopkins University, foi desenvolvido um relatório intitulado *The Portuguese Nonprofit Sector in Comparative Perspective* (Franco, Sokolowski, Hairel & Salamon, 2005) que visou uma comparação entre a dimensão e o peso do sector não lucrativo em Portugal e no estrangeiro. Mais tarde, relativamente ao ano de 2006, o INE - Instituto Nacional de Estatística, IP promoveu e publicou a Conta Satélite das Instituições Sem Fins Lucrativos (CSISFL). Em 2012, o mesmo INE, em cooperação com o John Hopkins Center For Civil Society Studies, actualizou o supra referido relatório de 2005, desta vez intitulado *Portugal's Nonprofit Sector in Comparative Context* (Salamon, Sokolowski, Haddock & Tice, 2012). Finalmente, em 18 de Abril de 2013, aquele instituto, em colaboração com a Cooperativa António Sérgio Para A Economia Social, procedeu à divulgação detalhada da Conta Satélite da Economia Social para o ano de 2010, cujos dados servirão a análise infra exposta, assim como dos resultados do Inquérito ao Trabalho Voluntário de 2012, elaborado no âmbito daquela.

Gráfico 1

Distribuição das entidades do Terceiro Sector

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Conta Satélite da Economia Social 2010



Os dados recolhidos, no âmbito da supra identificada Conta Satélite, permitem-nos determinar que, no ano de 2010, se contabilizavam 55.383 organizações do Terceiro Sector em Portugal. Estas caracterizam-se por uma relativa heterogeneidade, em razão do seu número e, de acordo com o gráfico supra reproduzido, em função da sua distribuição por campos de actuação. De acordo com este critério, destaca-se o segmento da cultura, desporto e recreio, o qual absorve quase 50% do total de estruturas existentes, confirmando-se o seu amplo desenvolvimento ao longo do período democrático, em particular, a partir de meados da década de 90. Constata-se também a reduzida parcela ocupada pelas organizações profissionais, sindicais e políticas, o que vem reiterar a ideia, já anteriormente exposta, de que a explosão deste tipo de estruturas, logo após Abril de 1974, se veio a esbater progressivamente, à medida que o país normalizou o seu sistema democrático.

Confrontando a referida Conta com dados disponibilizados pelo mesmo INE, relativos à distribuição de emprego remunerado no Terceiro Sector, podemos observar que as organizações do segmento cultural, que para efeitos do objecto da presente tese mais nos interessam, não absorvem uma significativa parcela daquele, assegurando apenas 5,4% do respectivo total. Este dado implica que, apesar de aquelas estruturas culturais (e desportivas) representarem a maior parcela da Economia Social, não corresponde a essa premissa uma proporcional oferta de emprego remunerado. Para tal concorre o facto de, numa fase embrionária da organização ou em razão da pequena dimensão do respectivo projecto, existir uma forte componente de trabalho voluntário ³⁸ por parte dos elementos que dele participam. De resto, no actual contexto de crise económica e de escassez de recursos essa dimensão voluntária torna-se cada vez mais fundamental para a subsistência daquelas organizações em fases mais adiantadas da sua evolução.

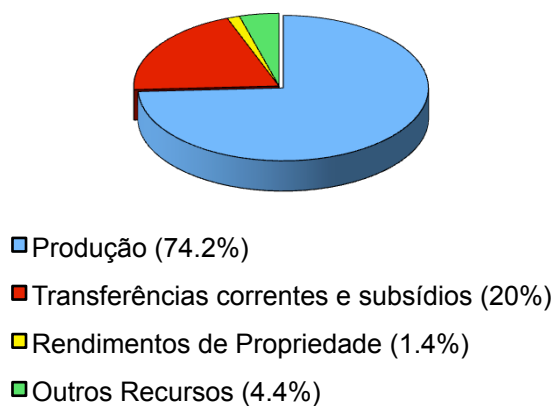
³⁸ O Inquérito ao Trabalho Voluntário permitiu determinar o trabalho voluntário afecto à Economia Social em 2012. Foi possível observar que o trabalho voluntário correspondeu a cerca de 40% do total, o que confirma a importância deste recurso para as organizações da Economia Social. De acordo com o mesmo Inquérito, nas actividades de trabalho voluntário formal destacaram-se os indivíduos mais jovens, desempregados e com níveis de escolaridade mais elevados, predominando mulheres e indivíduos solteiros. Ao invés, no trabalho voluntário informal prevaleceram pessoas com mais idade e com maiores níveis de escolaridade, verificando-se uma maior taxa de voluntariado dos indivíduos desempregados e, também, maior proporção de indivíduos divorciados / separados.

Tendo por referência a mesma divisão por área de actividade presente no gráfico em análise, e confrontando os respectivos dados com o constante da Conta Satélite acerca da distribuição de remunerações no Terceiro Sector, verificamos que, não obstante o segmento da acção social ser apenas o terceiro representado, é ainda assim aquele que garante a fatia maioritária (40,6%) do fluxo remuneratório no âmbito da Economia Social. Em sentido inverso, o segmento da cultura, desporto e recreio não corresponde a muito mais que uns tímidos 4,8% do total considerado, o que confirma a apreciação anteriormente produzida acerca do peso da dimensão voluntária, suscitando dúvidas acerca da real capacidade, no contexto actual de contracção económica e consequente fragilidade, de profissionalização daquele tipo de estruturas.

Gráfico 2

Recursos das organizações do Terceiro Sector (cultura, desporto e recreio)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Conta Satélite da Economia Social 2010



O segundo gráfico que nos cumpre apresentar e analisar, também ele concebido a partir de dados recolhidos pelo INE no ano de 2010, diz respeito especificamente ao tipo de organizações mais próximas do objecto da presente tese, ou seja, as de índole cultural, abordando a origem dos recursos que sustentam a sua actividade. No referido relatório é adiantado que, no total, o Terceiro Sector dispôs de recursos na ordem dos 14000 milhões de euros, na sua maioria provenientes da produção de serviços e bens (62,8%), de transferências e subsídios (23,8%) e de rendimentos (10,3%).

Como podemos observar, o gráfico em questão demonstra que, no que diz respeito ao sector específico da cultura, desporto e recreio o quadro é em tudo semelhante, quando consideramos o peso específico da produção, que até é um pouco maior (74,2%), e as transferências e subsídios (20%); porém, é já substancialmente menor em relação aos rendimentos de propriedade (apenas 1,4%). Quer isto dizer que a sustentabilidade destas estruturas encontra-se potencialmente diminuída, por via da ausência quase total de um meio de financiamento de que outro tipo de organizações dispõem. Se, perante este facto, chamarmos à colação o actual contexto de crise económica e financeira, no qual o sector cultural é um dos primeiros a ser sacrificado sempre que são adoptados cortes ou políticas de contracção orçamental, então aquele nível de transferências e de subsídios tenderá também ele a cair progressivamente, ficando estas estruturas em grande parte dependentes da sua capacidade de gerar receitas próprias, decorrentes da sua actividade. Daí decorre a acentuada fragilização das mesmas, uma vez que, no caso específico da cultura, quando não se encontram direccionadas para o grande público ou enquadradas num formato comercial, mas sim marginal e alternativo, torna-se muito difícil (embora não impossível) gerar receitas que possibilitem não só sustentar este tipo de projectos ao longo de um largo período de tempo, como permitir o seu crescimento e desenvolvimento.

Desta actual fragilidade, e crescente enclausuramento de recursos, resulta a necessária busca de mecanismos alternativos de financiamento, que possam garantir a autonomia e a própria sobrevivência destas organizações do sector cultural. Não obstante o Estado continuar a assegurar programas de apoio às organizações culturais privadas (por via da Direcção Geral das Artes), o seu alcance e disponibilidade tende a diminuir, sendo que se verifica também um mais apertado e exigente acesso a esses mesmos apoios. Já no caso dos municípios, que tradicionalmente representam um importante parceiro para este tipo de estruturas, uma vez que são elas que não raras vezes complementam ou se substituem àqueles no âmbito da programação cultural local, a dinâmica de contracção é semelhante, havendo uma significativa redução ou eliminação de, por exemplo, programas de apoio ao associativismo. Voltaremos a esta questão específica no III Capítulo da presente tese, quando analisarmos o caso particular da Lugar Comum no contexto da cidade de Coimbra.

Capítulo II

O Associativismo Cultural

Analisada a evolução histórica do denominado Terceiro Sector e o respectivo impacto e preponderância no contexto do desenvolvimento político-económico europeu, com especial atenção ao caso português e às razões da sua especificidade, privilegiaremos de seguida um dos mais relevantes segmentos do mencionado sector: o associativismo cultural. Para que possamos melhor compreender a sua extensão e importância actual, começaremos por dar nota da construção e do enquadramento teórico do conceito, convocando diferentes perspectivas e autores que, historicamente, se revelaram capitais para o seu apuramento e densificação. Procuraremos ainda demonstrar o seu impacto e importância para o desenvolvimento social e exercício de uma democracia directa. Por último, abordaremos a sua relação com o sector público, com uma especial atenção para o contexto do poder local, colocando um foco sobre a relação de complementaridade entre associações e estruturas municipais.

1. Noção

Actualmente, a construção do conceito de associação deve tomar em consideração a proliferação e democratização deste tipo de estruturas por todas as áreas de influência da chamada sociedade civil. O associativismo é tido como a sua forma de organização e de iniciativa elementar, assumindo uma multiplicidade de tipologias, de acordo com o seu objecto: associações culturais, recreativas, desportivas, ambientais, sindicais, associações de pais, de estudantes, etc.

Perante esta diversidade, os autores têm procurado uma conceptualização simples e o mais objectiva possível, elencando um rol de características transversais a este tipo de organizações, por forma a que a amplitude do conceito lhe permita abarcar todas as referidas configurações e tipologias. Não é no entanto uma tarefa fácil, uma vez que, como se evidencia, uma associação sindical não comporta as mesmas premissas de uma associação de pais ou desportiva; razão pela qual o conceito de associação não deve ser, ao contrário de outros, excessivamente detalhado, sob pena de excluir formas de actuação que naturalmente se subsumem a ele.

Uma das definições maioritariamente consensuais neste capítulo, é a do sociólogo suíço Albert Meister, ao considerar as associações como “grupos de indivíduos que decidem voluntariamente pôr em comum os seus conhecimentos ou actividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses”³⁹. Coloca desta forma o acento na dimensão permanente e voluntária destas estruturas, fazendo notar Anthony Giddens que esse voluntarismo é desde logo um factor de contraste relativamente a organizações burocratizadas do sector público, uma vez que as primeiras raramente comportam o mesmo nível de hierarquização, dependendo muito mais da participação informal dos seus membros.

De resto, a flexibilidade deste tipo de estruturas é uma das características apontadas pela maioria dos autores que se referem a elas, não obstante a maior presença desse traço em fases embrionárias da sua constituição, por vezes assistindo-se a uma sua maior rigidez institucional à medida que crescem em dimensão e relevância pública.

Muito semelhante a Meister na abordagem ao conceito, a contribuição do sociólogo Raymond Boudon vem no entanto acrescentar um novo elemento, relativo ao escopo destas organizações, referindo-se a elas como “agrupamentos de duas ou várias pessoas que põem em comum, de maneira permanente, os seus conhecimentos ou actividades numa finalidade que não seja a de partilhar lucros”. Com este dado o autor pretende evitar a sua confusão com as sociedades, que também conjugando interesses comuns aos seus membros, visam retirar proveitos económicos da sua actividade.

³⁹ Meister, citado por Viegas, 2004, p. 34.

Juridicamente, não encontramos no Código Civil Português um conceito acabado de associação, apenas dispendo o art. 168.º e ss., no seu essencial, sobre os requisitos formais do seu acto de constituição e funcionamento de órgãos internos. O mesmo podemos dizer da Constituição da República Portuguesa que, no seu art. 46º, consagra o princípio da liberdade de constituição de associações “desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.” Extrai-se do referido preceito constitucional que os indivíduos podem agrupar-se para prosseguir em conjunto, com carácter de permanência, fins que sejam do seu interesse comum. A lei não pode limitar este direito, porém pode exigir das associações que estas, na sua actividade, respeitem o princípio da especificidade dos fins e os valores normativos que constituem a base e garantia da liberdade de todos os cidadãos, como de resto consta do preâmbulo do Decreto-Lei nº 594/74.

O respectivo conceito jurídico, ausente da legislação, é avançado pela doutrina, particularmente por autores como Mota Pinto, que ao longo da sua vida académica aprofundou o estudo das pessoas colectivas, defendendo a sua divisibilidade em duas categorias fundamentais: corporações (compreendendo associações e sociedades) e fundações ⁴⁰. De acordo com o referido autor, as primeiras possuem “*um substrato integrado por um agrupamento de pessoas singulares que visam um interesse comum, egoísta ou altruístico*”, referindo-se especificamente às associações enquanto “*organizações constituídas por uma colectividade de pessoas, dirigidas à realização de interesses comuns ou colectivos, às quais a ordem jurídica atribui personalidade jurídica*” ⁴¹.

Do exposto, concluímos que as associações devem ser entendidas como projectos de natureza colectiva, que convocam e aproximam indivíduos sob um desígnio comum, tendo a sua actividade um carácter permanente. Normalmente apresentam estruturas pouco hierarquizadas e flexíveis, privilegiando aspectos informais e pouco complexos na sua organização interna.

⁴⁰ O que diferencia as associações, enquanto corporações, das fundações (que, por vezes, ocupam um mesmo espaço de actuação) é o elemento pessoal (não patrimonial) que lhe subjaz.

⁴¹ Mota Pinto, 1992, pp. 267 e ss.

2. Enquadramento Teórico

2.1 Tocqueville e a arte de associação

De acordo com a construção *tocquevilleana* ⁴², o associativismo partia de uma ruptura com formas de sociabilidade tradicionais, existentes até finais do séc. XVIII, segundo as quais, desde muito cedo, junto do seu núcleo familiar, religioso ou laboral, o indivíduo era conformado por um conjunto de relações de poder que acabariam por ditar a formação da sua identidade ⁴³. Com a transição para as sociedades modernas, estas relações desaparecem por completo ou diminuem de um modo significativo a sua relevância na organização social, dando lugar a um novo Homem, inspirado pelos princípios da Igualdade e da Liberdade, detentor de direitos inalienáveis perante a Lei, cujo pensamento se encontra, a partir desse momento, ancorado na Razão.

Livre das grilhetas que ditavam a sua condição, ainda assim o indivíduo continua vulnerável, agora no contexto de uma nova sociedade liberal, porquanto deixa de estar enquadrado por estruturas e mecanismos de sociabilidade que existiam até aí (caso das corporações mercantis). Considerado à luz da proclamada igualdade, o indivíduo passa a ser uma unidade atomizada, por um lado desprovido das relações de poder pré-deterministas que o envolviam no *Ancien Régime*, mas por outro fechado numa vivência egoísta e individualista, reduzida a pequenos núcleos de âmbito familiar ou religioso.

“The will of man is not shattered, but softened, bent, and guided; men are seldom forced by it to act, but they are constantly restrained from acting. Such a power does not destroy, but it prevents existence; it does not tyrannize, but it compresses, enervates, extinguishes, and stupefies a people, till each nation is reduced to nothing better than a flock of timid and industrious animals, of which the government is the shepherd” (Tocqueville, in *Democracy in America*, Vol. II, Cap. VI).

⁴² De Alexis de Tocqueville (1805 - 1859), historiador francês, produziu ao longo do seu percurso influentes trabalhos sobre a Revolução Francesa e a Democracia Norte-Americana. Defendeu na sua obra “*Democracy in América*” que a maior ameaça do projecto democrático seria a actuação despótica do Estado Liberal, o qual tiraria partido da uniformização e isolamento do indivíduo.

⁴³ *Apud* Viegas, 1986, p. 109.

Confrontado com a alienação do indivíduo, que perante a inexistência de estruturas de integração social, não participa ou se sente parte das decisões da sua comunidade, Tocqueville aponta para o perigo de uma actuação despótica do Estado. Segundo o autor, este tiraria proveito do referido isolamento para impor, num quadro de democracia liberal, e de forma gradual, um conjunto de normas que, a médio ou a longo prazo, acabariam por transformar o indivíduo num mero autómato social, conformado com a sua vivência (*soft despotism*)⁴⁴.

A resposta a esta problemática foi formulada a partir da passagem do autor francês pelo continente americano, período durante o qual observou as experiências políticas e sociais levadas a cabo naquela parte do mundo, documentando-as na sua obra “*De la Démocratie en Amérique*”⁴⁵. Ali pôde constatar o enorme dinamismo associativo da sociedade norte-americana, que num curto espaço de tempo tinha promovido a constituição de múltiplas estruturas daquele tipo, através das quais os seus cidadãos se tornavam participantes directos na construção de um modelo democrático. A tentação despótica do Estado encontraria naquelas associações uma eficaz barricada, edificada sobre valores de solidariedade e de comunhão, assegurando a defesa do indivíduo e, conseqüentemente, a sua menor fragilização. Esta opção dos norte-americanos pelo associativismo, que percorria vários sectores da sua sociedade, contribuiu para a formação de uma verdadeira consciência colectiva, animada pela prossecução de desígnios comuns, aquilo a que Tocqueville chamou de a *arte de associação*⁴⁶.

⁴⁴ O termo *soft despotism*, utilizado por Tocqueville, refere-se a um conjunto de normas e de procedimentos administrativos por via dos quais o Estado paulatinamente viria a retirar ao indivíduo a capacidade plena de intervir politicamente na sociedade, mantendo-o num estado de adormecimento, dependente de prestações

⁴⁵ Publicada inicialmente em dois volumes (1835), a obra de Alexis de Tocqueville teve origem numa visita aos Estados Unidos da América, em 1831, com o intuito de estudar e produzir um relatório sobre o sistema penitenciário norte-americano. Na referida visita, Tocqueville fez-se acompanhar do magistrado francês Gustave de Beaumont, tendo mais tarde revelado a preferência de ambos por uma análise sobre a sociedade americana e o seu sistema democrático.

⁴⁶ Expressão utilizada por Tocqueville na sua obra *Democracy in America* (1835), pela qual se referiu à propensão da sociedade norte-americana para actuar através de associações civis, subordinadas às mais variadas áreas de interesse.

A opção pelo associativismo permitiria aos indivíduos a obtenção de resultados que, de outra forma, não seriam passíveis de ser atingidos. Todavia, atendendo ao contexto profundamente individualista das democracias liberais, levantava-se a questão de se saber o que motivaria um sujeito, à partida isolado e desligado de qualquer dinâmica colectiva, a associar-se a outros indivíduos. Tocqueville reconduziu a resposta a um conceito de *egoísmo esclarecido*, o qual ditava que aquele teria a capacidade de se aperceber que obteria mais proveitos associando-se do que permanecendo só, dessa escolha resultando a sua maior disponibilidade de tempo para a colectividade.

“No sooner does a government attempt to go beyond its political sphere and to enter upon this new track than it exercises, even unintentionally, an insupportable tyranny; for a government can only dictate strict rules, the opinions which it favors are rigidly enforced (...) Governments, therefore, should not be the only active powers; associations ought, in democratic nations, to stand in lieu of those powerful private individuals whom the equality of conditions has swept away.”
(Tocqueville, in *Democracy in America*, Vol. II, Cap. V).

Partindo da experiência norte-americana, que influenciou em larga medida a sua concepção de associativismo, o referido historiador escolheu não condicionar as mencionadas organizações a um puro finalismo político, ou seja, à mera reivindicação de objectivos daquela ordem ou a uma actuação subordinada a um projecto de poder. Preferiu concebê-las como estruturas despolitizadas, radicadas na sociedade civil e dotadas de autonomia, cuja heterogeneidade percorreria uma multiplicidade de áreas de interesse, adaptando-se às mais básicas necessidades vivenciais

“Americans of all ages, all conditions, and all dispositions constantly form associations. They have not only commercial and manufacturing companies, in which all take part, but associations of a thousand other kinds, religious, moral, serious, futile, general or restricted, enormous or diminutive. (...) Wherever at the head of some new undertaking you see the government in France, or a man of rank in England, in the United States you will be sure to find an association” (Tocqueville, in *Democracy in America*, Vol. II, Cap. V).

Algumas das ideias de Tocqueville relativas ao associativismo seriam reforçadas, dois séculos volvidos, por académicos como Marshall Ganz ⁴⁷, J. Kellnerhals ⁴⁸ ou Robert Putnam ⁴⁹, em particular no que diz respeito aos seus efeitos positivos sobre a qualidade da democracia, entendendo-se que existindo uma sociedade civil activa, plena de capacidade participativa e expressa na constituição de associações voluntárias, tal factor contribuiria de forma decisiva para a estabilidade do sistema democrático. Em particular, no caso de Robert Putnam, o sociólogo norte-americano decompôs os mencionados efeitos em dois tipos, de acordo com o seu objecto: efeitos internos sobre o indivíduo e efeitos externos sobre a sociedade. Os primeiros traduziam-se na criação de hábitos de solidariedade e de cooperação junto do indivíduo, resultantes da sua participação na procura de consensos e de posições comuns. Este tipo de acção, tendente ao compromisso, influenciaria positivamente o seu comportamento social e o exercício da cidadania. Os segundos tinham expressão na ideia de pacificação social, uma vez que ao proporcionarem aos cidadãos um contexto de cooperação, as associações preparariam os mesmos para a lógica democrática, reduzindo os riscos de conflito social entre membros de uma mesma comunidade.

“Even non-political organizations in civil society are vital for democracy. This is because they build social capital, trust and shared values, which are transferred into the political sphere and help to hold society together, facilitating an understanding of the interconnectedness of society and interests within.” (R. Putnam, in *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. 1994)

⁴⁷ (n. 1943) Académico norte-americano, Professor de Políticas Públicas na Kennedy School for Government, da Universidade de Harvard, partiu das ideias de Tocqueville para teorizar sobre mecanismos de reaproximação dos cidadãos à política, conclusões essas que viriam a ser incorporadas por Barack Obama na sua primeira campanha eleitoral à Presidência.

⁴⁸ Académico francês, Professor de Sociologia no Dept. de Sociologia da Universidade de Genebra, defendeu que as associações actuam como veículos de preenchimento de um vazio deixado pelo agente primário de socialização: a família. Faz radicar na celeridade das alterações sociais em sociedades capitalistas, e nos problemas sociais que daí advêm, os factores que levam à constituição de associações.

⁴⁹ (n. 1941) Académico norte-americano, Professor de Ciência Política na Universidade de Harvard, defende o conceito de capital social, referindo-se às relações de confiança que devem existir entre cidadãos. Para Putnam, mais associativismo significaria mais capital social (logo, uma sociedade mais estável e harmoniosa).

Dito de outro modo, incorporando um rol de práticas e procedimentos democráticos, as associações eram entendidas como *escolas de civismo*, ou seja, estruturas formais, pautadas por regras claras de funcionamento, que preparariam o indivíduo para uma melhor compreensão do sistema democrático, tornando-o um melhor e mais participativo cidadão. Da supra mencionada dimensão pedagógica decorreria um aplanamento de comportamentos radicalizados por parte de determinados grupos, factor que certamente preocupava Tocqueville, face ao contexto politicamente turbulento em que viveu. A sua natureza homogénea, do ponto de vista interno, porquanto constituídas em torno de desígnios e de interesses comuns a todo um conjunto de indivíduos, levaria a que as associações representassem espaços de socialização e de identificação entre cidadãos, dessa forma propensas a constituir válvulas de escape para as exigências geradas por sociedades marcadamente competitivas e conflituantes.

"We may be finally be coming to understand what Tocqueville saw - the promise of democratic politics is in people's ability to enter into relationships with one another, to articulate common purposes and act on them" (Marshall Ganz, in *Organizing For Democratic Renewal*, 2007).

2.2 As corporações profissionais de Durkheim

Perspectiva diferente, a adoptada pelo sociólogo Émile Durkheim ⁵⁰, que analisando o surgimento de novas formas de sociabilidade nas sociedades modernas, conclui sobre o impacto positivo que a progressiva divisão social do trabalho, resultante do contexto industrial, teria no desenvolvimento de relações de solidariedade e interdependência entre os homens.

⁵⁰ Sociólogo francês (1858 - 1917), leccionou na Universidade de Bordéus e mais tarde em Paris, tendo publicado, em 1893, a sua tese de doutoramento *La Division du Travail Social* (1893), obra através da qual afirmaria as suas principais ideias a respeito da sociedade moderna e da emergência do individualismo. Desenvolveu ainda os conceitos de coesão social e de consciência colectiva na perspectiva da padronização de comportamentos e de condutas do Homem, considerando que sobre este pendia um imperativo solidário, ao lhe ser exigido que convivesse com aqueles que compunham o seu grupo social, sob pena de se tornar selvagem.

Durkheim parte da dicotomia entre a sociedade tradicional e a sociedade moderna, às quais afecta, respectivamente, conceitos de solidariedade mecânica e orgânica. No seu entendimento, a passagem de um tipo de sociedade para o outro encontrava a sua explicação na alteração daqueles mecanismos de solidariedade. Para o sociólogo francês, as sociedades tradicionais não comportavam um nível acentuado de divisão social do trabalho, integrando estruturas que mais não eram que pequenas unidades de produção, dependentes de processos artesanais, caso das corporações mercantis. Eram compostas por indivíduos em tudo idênticos, partilhando os mesmos valores e toda uma vivência em comum. Gera-se desse modo uma consciência colectiva dentro destas corporações, funcionando como estruturas referenciais para o indivíduo, uma vez que é ali que cresce profissionalmente e estabelece relações concorrentes para a formação da sua identidade.

Por este motivo, Durkheim fala em solidariedade mecânica ou por semelhança, emergente da convivência diária dos indivíduos, no contexto de uma realidade exígua, como era, por exemplo, a das referidas corporações mercantis. Secundando a posição do sociólogo francês, autores como Anthony Giddens, vincam a relevância daquelas estruturas na protecção do indivíduo que “*permanece largamente inconsciente do seu isolamento, dominado por uma forte consciência colectiva, encontrando-se os limites da sua autonomia estritamente confinados*”⁵¹. Ou seja, no âmbito de uma realidade política em que o indivíduo se encontra bastante vulnerável perante o poder insindicável do Estado, limitado nos direitos, as corporações configuravam um reduto de coesão colectiva.

Com a emergência das democracias liberais e a acelerada industrialização, novos processos produtivos são introduzidos, caracterizados por uma maior diversidade e especialização de funções, verificando-se o progressivo abandono das corporações mercantis, em favor de unidades fabris de uma maior escala. Para Durkheim, esta alteração implica o aparecimento de uma divisão social do trabalho, que permitirá a correspondente transição para um modelo de solidariedade orgânica.

⁵¹ Giddens, 1997, p. 149

Considerava o autor que os trabalhadores teriam passado a desenvolver um conjunto de tarefas específicas e diferenciadas, que no entanto possuíam uma dimensão complementar que Durkheim faz notar. Esta característica serviria de base a um novo tipo de solidariedade, desta vez não mecânica, mas sim orgânica. Embora afastasse os indivíduos, na medida em que os incumbia de tarefas isoladas e não partilhadas, a divisão social do trabalho acabaria por aproximá-los por via da interdependência dessas mesmas tarefas sob uma instituição comum.

“Se a corporação, tal como existia então, não se podia adaptar a essa nova forma da indústria e se o Estado não podia substituir a antiga disciplina corporativa, disso não decorria que qualquer disciplina fosse desde então inútil; daí advinha apenas que a antiga corporação devia transformar-se, para continuar a cumprir seu papel nas novas condições da vida económica” (Durkheim, 2008, p. 31).

Não obstante o surgimento de uma solidariedade orgânica, supra descrita, Durkheim considerava que o desaparecimento das corporações mercantis teria deixado um vazio por colmatar. Na sua opinião, o salto para as sociedades modernas não se teria feito acompanhar de uma correspondente regulação ética e moral das relações, conduzindo a um indesejável excesso individualista, agudizado pela deriva acentuadamente liberal e capitalista. A nova sociedade, em muitos aspectos, fragilizava o sujeito, escasseava em mecanismos de integração e sociabilidade, conduzindo ao gradual apagamento da consciência colectiva.⁵²

Perante um quadro, marcado pela vertigem da industrialização, que deixava massas de operários no limiar da pobreza e da exclusão social, o sociólogo francês preconizou a constituição de um tipo específico de organizações associativas: as corporações profissionais. Estas agrupariam transversalmente os *“indivíduos que se dedicam à mesma actividade profissional, que têm interesses solidários e até mesmo idênticos”*, impedindo que *“a lei do mais forte se aplicasse de maneira tão brutal nas relações industriais e comerciais”*⁵³.

⁵² Veiga, 1986, p. 110

⁵³ Durkheim, 2008, p. 16

Havia pois uma evidente preocupação em conceber estruturas que pudessem sustentar o desequilíbrio de poderes que se verificava em prejuízo dos indivíduos. Ao contrário de Tocqueville, que influenciado pela sua experiência no continente americano, deixa o associativismo nas mãos do livre ímpeto da sociedade civil, com Durkheim as corporações profissionais são tidas como peça fundamental da sua proposta de organização global da sociedade. Defendia o autor a sua integração nos chamados grupos secundários, aos quais caberia estabelecer a comunicação e reduzir a distância entre Estado e cidadãos, partilhando com aquele a responsabilidade da actividade colectiva. Actuavam como agentes estruturantes da sociedade, criando e mantendo lógicas de coesão social.

2.3 De Dumazedier aos Novos Movimentos Sociais

À medida que os excessos do capitalismo liberal do séc. XIX se foram dissipando e o movimento de contestação operário e sindical perdeu o seu fôlego, novas questões emergiram, em parte colocadas pelos denominados Novos Movimentos Sociais. Na sua antecâmara, logo na década de 50, já o sociólogo Joffre Dumazedier⁵⁴ preferia centrar a sua análise nas transformações ocorridas no comportamento social dos cidadãos, durante as primeiras décadas do séc. XX. A sua teoria, devedora da “*sociologia dos tempos livres*”, considerava a progressiva relevância do lazer na sociedade, tendo em conta a crescente porção de horas que lhe eram dedicadas pelos cidadãos. Defendeu então a afectação das mencionadas horas ao desenvolvimento e democratização cultural da sociedade, desde logo reiterando que os estabelecimentos de ensino não possuiriam a capacidade necessária para cumprir com o enunciado, porquanto a sua actividade não integrava quaisquer elementos contextualizadores dos novos fenómenos culturais⁵⁵. Por esse motivo, Dumazedier entendeu que esta função deveria caber preferencialmente às associações culturais, as quais, segundo o autor, estariam em condições de assegurar a actualização e integração de novos conceitos e perspectivas, diligenciando uma maior democratização no acesso à cultura.

⁵⁴ Sociólogo francês (1915 - 2003), tornou-se um dos pioneiros da sociologia do lazer e dos tempos livres, enquadrando sócio - culturalmente o referido objecto e confrontando-o com as questões levantadas pela industrialização das sociedades, pela relação com o trabalho e no âmbito da democratização cultural.

⁵⁵ Veiga, 1996, p. 111.

Mais tarde, nas décadas de 60 e 70, citando Dominique Mehl, as associações tornam-se num recipiente preferencial para “*novos movimentos sociais, pondo em causa, pelas suas ideias, os valores da sociedade industrial e patriarcal.*”⁵⁶ Esta, de um modo geral marcada por modelos conservadores, é agora palco de conflitos, nos quais os denominados movimentos sociais convocam indivíduos e organizações em torno de valores e ideais comuns. Existe pois uma óbvia semelhança entre aqueles e as associações voluntárias, razão pela qual emergem durante todo este período estruturas reivindicativas e contestatárias, desta vez desenvolvendo a sua actividade fora da órbita económica e de um necessário embate com o Estado.

Surgem grupos vincadamente progressistas, que procuram ultrapassar valores até aí percebidos como adquiridos e inquestionáveis, trazendo o associativismo para a primeira linha da afirmação de direitos culturais e sociais de minorias e para uma alteração dos respectivos paradigmas até aí existentes. Tornam-se particularmente importantes os movimentos ecologistas, feministas, pacifistas, ruralistas e defensores dos direitos humanos, abordando questões nas quais a identidade do indivíduo e a protecção do meio no qual habita se tornam capitais. As associações passam a ser conjugadas como plataformas destinadas à organização e agregação de apoios em torno de causas fracturantes, marcadas pela heterogeneidade de que se compõem os movimentos que acolhem. Ao contrário dos denominados movimentos sociais tradicionais, protagonizados por operários e assalariados que procuravam assegurar melhores condições de trabalho, os novos movimentos sociais percorrem inúmeros segmentos da classe média, incorporando indivíduos de várias origens, sem que de algum modo se encontrassem reféns do quadro ideológico e classista que opunha os proprietários dos meios de produção àqueles que disponibilizam a força de trabalho.

A consideração do seu campo de actuação como um “um espaço não-institucional”⁵⁷ não deixa de acomodar uma reconhecida politização da sua acção, embora estes movimentos não pretendessem tomar o poder ou se substituir ao Estado, mas tão só influenciar e interferir com as suas decisões, por forma a assegurar que as mesmas passariam a respeitar os direitos em causa.

⁵⁶ Apud Mehl, citada por Vilaça, 1993, p. 59.

⁵⁷ Apud Offe, citado por Fernandes, 1993, 798.

Na medida em que estes novos movimentos sociais fazem emergir questões que até essa altura se encontravam arredadas das cogitações de grande parte da comunidade, é entendido que a sua acção se revelou capital para que o associativismo progredisse e se actualizasse na segunda metade do século, dando assim resposta aos novos anseios e necessidades de uma sociedade contemporânea.

2.4 O associativismo como espaço de cidadania

O fenómeno associativo, que responde à propensão dos homens para se agruparem na defesa dos seus direitos e prossecução de objectivos comuns, desempenha um papel importante nas sociedades modernas, ao mesmo tempo “complexas e fragmentadas”⁵⁸. As estruturas associativas são nos dias de hoje a expressão organizada da sociedade civil, entretanto fortalecida, no contexto de sistemas democráticos estabilizados ao longo das últimas décadas. Esta posição, acolhida pelo Instituto do Desenvolvimento Social, releva a importância das associações enquanto protagonistas do processo de constante evolução democrática, assente na participação directa dos cidadãos e na capacidade de influenciarem ou determinarem um conjunto de questões de ordem social, cultural, económica e, em todo o caso, política.

Numa altura de profundas crises económicas e financeiras, em que uma significativa parte dos cidadãos se encontram afastados dos mecanismos de participação política, com tradução expressa nas elevadas taxas de abstenção eleitoral e numa profunda desconfiança em relação à actuação dos partidos (num fenómeno denominado por José Manuel Viegas como “desafecção política”⁵⁹), emergem as associações como espaços de representação e actuação destes mesmos cidadãos. No entanto, sempre se pode questionar se as associações, ao captarem os descrentes nas estruturas partidárias e nos restantes mecanismos institucionais, não estarão elas mesmo a contribuir para essa desmobilização política, enfraquecendo o próprio sistema democrático? Autores como Roßteutscher defendem que tal hipótese não corresponde à verdade, uma vez que após experiências participativas em associações, *“as pessoas aprendem a confiar e desenvolvem uma noção mais forte de comunidade (...) seguindo-se taxas mais elevadas de participação política”*⁶⁰.

⁵⁸ Boudon, 1990, p. 21.

⁵⁹ Viegas, 2004, p. 1.

⁶⁰ Roßteutscher, 2000, p. 233.

À semelhança do defendido por Tocqueville e Putnam, e já supra exposto, as associações são hoje consideradas veículos privilegiados de pedagogia democrática (ou educação não-formal), transmitindo aos seus membros, por via da sua actuação e do envolvimento daqueles, um conjunto de competências cívicas e aptidões sociais que os prepara para a vida pública. Daí resulta uma melhor percepção das vantagens da cooperação e do compromisso no contexto democrático, assim como uma responsabilização do indivíduo pela sua actuação e escolhas.

Produto espontâneo da sociedade civil, o associativismo é hoje tido como um espaço de construção da cidadania e de aprofundamento democrático, no qual a comunidade encontra um instrumento preferencial para a afirmação da sua identidade e garantia do seu desenvolvimento. Através das associações, são canalizadas para a esfera pública *“informações, reivindicações e orientações normativas e valorativas que permitem enriquecer o processo deliberativo”*⁶¹, influenciando de forma determinante a condução de políticas públicas por parte dos órgãos públicos e auxiliando à correcção de desfasamentos entre a percepção que o Estado tem das necessidades públicas e a sua real dimensão e pertinência.

“[...] fica claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e individuais” (Canterle, 2004).

O associativismo deve ser tido como um acto solidário em si mesmo, porquanto visa a prossecução de um desígnio comum, recorrendo à participação voluntária de todos os elementos que aceitam fazer parte daquele projecto. O filósofo e sociólogo argentino Ezequiel Ander-Egg acrescenta a esta premissa a de que esses indivíduos, tal como num sistema democrático, devem aceitar um conjunto de regras conhecidas por todos, que regem o funcionamento e a actuação da organização.

⁶¹ Viegas, 2004, 37.

3. O Associativismo e o Desenvolvimento Social

Todo o desenvolvimento deve ter como primeiro e último referencial o indivíduo. A via do associativismo assegura que será aquele a tomar em mãos a condução do processo, tornando-se sujeito consciente do seu próprio desenvolvimento. Independentemente da tipologia, as associações prestam um contributo indispensável à construção de identidades colectivas, promovendo uma sociabilidade solidária, geradora de verdadeira qualidade de vida. Deste modo, reconhece-se ao associativismo uma importância capital na deslocação do desenvolvimento da esfera da economia para a da pessoa humana. Ao contrário do defendido durante largos anos, não é actualmente consensual a coincidência entre crescimento económico e desenvolvimento, bastando mencionar os custos sociais (desemprego, desigualdades) e ambientais que se encontram associados à ideia de progresso. Num contexto actual, em que a distância entre ricos e pobres parece cada vez mais aumentar, parecem esgotados os modelos que deixam nas mãos do Estado e do Mercado a exclusiva condução do processo, “remetendo o universo associativo para funções residuais à margem das grandes questões que configuram a nossa sociedade”⁶².

Por este motivo, surgem cada vez mais propostas de desenvolvimento alternativo e solidário, diferenciado da perspectiva economicista até aqui dominante e apostado em dinâmicas de proximidade e localidade. Este novo paradigma assenta numa motivação endógena em torno de projectos comuns, reconhecendo aos indivíduos a capacidade de se organizarem em estruturas que de uma forma mais eficaz possam representar as suas aspirações. Verifica-se assim uma transição daquilo a que diversos autores qualificam de modelo de intervenção top-down (de cima para baixo), em que cabe ao Estado a sua definição e condução, “convidando as organizações associativas a uma partilha de responsabilidades na execução de medidas por ele delineadas”⁶³, para uma lógica de bottom-up (de baixo para cima), através da qual os cidadãos são tidos como os agentes do seu próprio desenvolvimento, implicando a sua aproximação, interacção e actuação autónoma em torno de projectos comuns.

⁶² Monteiro, 2004, p. 139.

⁶³ *Idem*

De salientar que, no caso português, esta transição não é tão nítida assim. Embora se tenha registado uma diminuição do peso do Estado na economia nacional (em larga medida decorrente da incomportabilidade orçamental de manter alguns dos serviços) a sua presença é ainda substancial, pelo que a intervenção associativa, particularmente no capítulo da acção social, ainda parte de políticas ou programas concebidos pelo Estado e levados à execução sob a sua orientação.

Os projectos associativos ganham uma redobrada preponderância quando analisamos o âmbito do desenvolvimento territorial ou local, porquanto é ali que se fixa a linha avançada da satisfação das necessidades da população e melhoria das suas condições de vida, “segundo uma perspectiva integrada de problema e resposta”⁶⁴. Naquele plano fará mais sentido a mobilização e o envolvimento dos indivíduos, que sentem a urgência de tomar em mãos a resolução das questões que os afectam directamente. Estas revelam-se tão mundanas como, por exemplo, a deficitária distribuição de infra-estruturas, como estradas, abastecimento de água, escolas, centros de saúde ou, numa perspectiva de desenvolvimento cultural, bibliotecas, salas de concertos, teatros e oferta cultural variada.

4. Da Relação com o Estado e Administração Local

4.1 Evolução da despesa pública com o sector cultural

Durante o longo período do Estado Novo, a actividade cultural foi condicionada pela escassez de investimento e pelo controlo que era levado a cabo sobre toda e qualquer acção social. Este quadro apenas viria a alterar-se de modo significativo após 1974, desde logo porque se afastou o espectro de clandestinidade que pendia sobre parte das expressões culturais, mas também porque se deu início a políticas de democratização e de proximidade, com o intuito de promover a educação não formal e o acesso da população à cultura. Ainda assim, numa primeira fase que decorre desde a Revolução até à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, subsistem déficits de financiamento no sector cultural, sentidos de um modo mais visível e com maior repercussão no âmbito local, onde existiam necessidades mais prementes, como infra-estruturas em áreas tão diversas como as obras públicas, a educação ou a saúde.

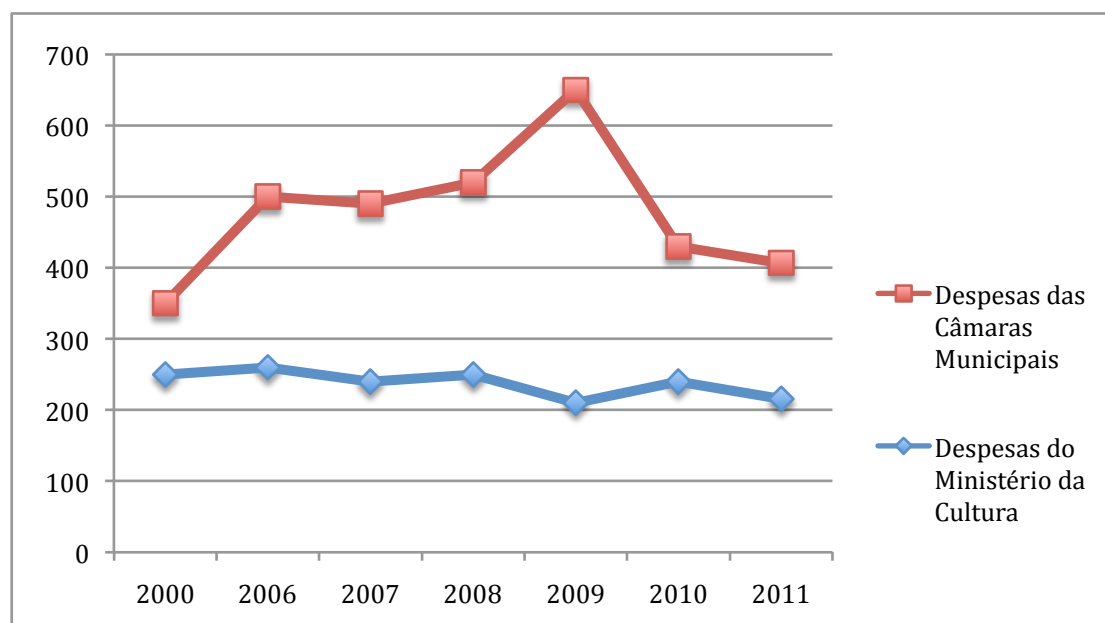
⁶⁴ Amaro 2004, p. 18.

Numa segunda fase, que se inicia em 1986, o impacto da entrada de Portugal no Mercado Comum conduz o país por um trilha de rápido progresso económico, com efeitos significativos no contexto local, uma vez que os municípios passam a dispor de uma maior capacidade de investimento, assistindo-se no sector em causa à recuperação progressiva de um conjunto de equipamentos culturais. Posteriormente, a partir de 1996, emerge uma visão da cultura e do desporto como potenciais alavancas de desenvolvimento económico e social, apostando o Estado na organização de uma série de eventos de grande dimensão e impacto internacional (Expo 96, Porto 2001, Euro 2004), tendo também sido este um período caracterizado pelo lançamento de programas de conversão e recuperação de museus e cine-teatros, particularmente importantes para as autarquias de cidades de média dimensão, porquanto passaram a dispor de estruturas que lhes permitiram uma maior e mais diversa oferta cultural.

Gráfico 3

Despesas em cultura, por tipo de entidade, em 2011

Fonte: Inquérito ao Financiamento das Actividades Culturais pelas Câmaras Municipais realizado pelo Instituto Nacional de Estatística



Ao longo da última década, como fica demonstrado pelo supra referenciado gráfico, quando analisamos a evolução da despesa pública com o sector cultural, devemos atender a dois segmentos comportamentalmente diferentes: antes e depois do ano de 2009.

De acordo com os dados facultados pelo INE, contabilizados no gráfico em análise, verificamos que durante o primeiro segmento se registou um substancial aumento das despesas das Câmaras Municipais com o sector cultural, aumento esse progressivo até ao ano de 2009, no qual atingiu o seu pico, cifrando-se em cerca de 650 milhões de euros. Ao longo do mesmo período, o nível de despesa do Estado, por via do Ministério da Cultura, apesar de ter partido de valores semelhantes àqueles gastos pelas autarquias no início do milénio, não acompanhou a subida destes, estabilizando em valores próximos dos 250 milhões de euros.

Explica-se o comportamento da despesa neste primeiro segmento em razão do clima político e económico que se vivia na altura. Tal como em todo o espaço da Zona Euro, também em Portugal a dívida pública se manteve relativamente controlada até aos anos de 2008 e 2009,⁶⁵ existindo condições de confiança para que o Estado e o sistema financeiro pudessem ter acesso a financiamento de mercado em condições regulares. Este factor permitiu que se desenvolvesse uma política de descentralização de funções gerais da Administração, de natureza social (habitação, serviços culturais e recreativos) e infra-estrutural (transportes e saneamento básico), a qual significou a transferência de inúmeras competências para a Administração Local. Para suportar financeiramente o esforço de implementação desta política, foram levadas a cabo transferências correntes e de capital provenientes do Estado central (34,5%) e da União Europeia (5,2%), tendo sido também de capital importância, de 2001 a 2007, o substancial aumento das receitas fiscais dos municípios⁶⁶, e a entrada em vigor da Lei das Finanças Locais, por via da qual, o peso das transferências correntes aumentou de 42,4% em 2001 para 52,4% em 2007.

⁶⁵ De acordo com dados divulgados pelo Eurostat, até 2007 todos os países da Zona Euro mantinham uma evolução da dívida pública relativamente estabilizada, sendo de assinalar o abrupto disparo da dívida irlandesa no referido ano e a trajectória descendente da dívida espanhola até 2008, altura em que também ela regista uma assinalável subida. No caso português, a dívida pública registou um lento e relativo aumento até 2009, momento em que também ela regista uma mais significativa subida até um valor de 184.699 milhões de euros em 2011, que equivaliam a 108% do PIB nacional nesse mesmo ano (170. 909 milhões de euros).

⁶⁶ A reforma da tributação do património conduziu a um aumento substancial do Imposto Municipal sobre Imóveis (aumento a uma taxa média de crescimento anual de 12,1%, entre 2001 e 2004, e de 9,5%, entre 2004 e 2007), tendo gerado em 6 anos um aumento de receita de cerca de 455 milhões de euros. Também o Imposto Municipal sobre Transacções de Imóveis gerou no mesmo período um aumento de receita de 301 milhões de euros.

O municípios puderam assim canalizar uma significativa parte da sua despesa para o sector da cultura, não só, como já se aludiu, melhorando as respectivas infra-estruturas, como também garantindo a execução de políticas culturais de maior amplitude e volume, ainda convocando e subsidiando a actividade de organizações associativas por via do lançamento de programas de apoio a essas estruturas.

Contudo, com o segundo segmento verifica-se uma brusca travagem na trajectória ascendente da despesa pública dos municípios com o sector cultural. De resto, podemos constatar no gráfico apresentado que, de 2009 para 2010, o nível da mesma cai em cerca de 200 milhões de euros, continuando a decrescer no ano seguinte para valores semelhantes aos do início do milénio. Este facto deveu-se maioritariamente ao endividamento registado por aquelas no referido período, o qual em 2009 cresceu em mais de 645 milhões de euros, segundo dados da Direcção Geral das Autarquias Locais para o referido ano. A contabilização do referido instituto demonstrou que, em 2008 e 2009, o endividamento das autarquias portuguesas duplicou, na sua maioria, traduzindo-se em dívida não excepionada, que escapou aos limites fixados pelo Governo da altura, no que diz respeito ao tecto de endividamento permitido. Face a uma situação de dívida excessiva e consequente impossibilidade de conseguir mais financiamento junto dos mercados, ainda numa fase de pré-intervenção financeira (o pedido para a negociação do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro só viria a ser efectivado em 07 de Abril de 2011), houve a necessidade imperiosa de reduzir drasticamente a despesa da administração local (Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010 - 2013), impondo-se a regra do endividamento líquido nulo, o que conduziu a uma redução do investimento em áreas consideradas não essenciais como o sector cultural.

Com a assinatura, no dia 03 de Maio de 2011, do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades da Política Económica, Portugal passou a estar intervencionado política e financeiramente pela troika (FMI / BCE / UE), daí decorrendo a execução de um programa de racionalização da despesa pública local (que incluiu a diminuição do número de trabalhadores) e um renovado esforço de redução de transferências para as administrações locais (este decréscimo fixou-se em 6,2%, de 2011 para 2012, de acordo com o Orçamento de Estado deste último ano).

Esta sucessão de medidas correctoras ao nível de despesa e endividamento público tiveram um impacto enorme junto do sector cultural. Em 2012, a Secretaria de Estado da Cultura anunciou que o orçamento para o ano seguinte se mantinha inalterado, fixando-se em 190,2 milhões de euros, sendo de destacar, ainda assim, o aumento do orçamento das Direcções Regionais da Cultura (26%) e do Orçamento da Direcção Geral das Artes (em 18 milhões de euros). No entanto, apesar de não se ter verificado uma queda tão abrupta como no contexto da administração local, o Orçamento de Estado para a cultura em 2013, que ronda 0,1% do PIB previsto (166.782 milhões de euros), encontra-se já algo distante dos 0,8% de 2001.

4.2 A complementaridade do associativismo cultural

No decurso da adopção pelo Estado de políticas descentralizadoras,⁶⁷ as autarquias são confrontadas com o paradigma de uma administração de maior proximidade, cuja concretização passa a requerer um esforço financeiro suplementar em razão do natural acréscimo de funções. No sector cultural, assiste-se à concentração nas Delegações Regionais de Cultura de diversos serviços que se encontravam espalhados por vários institutos públicos, passando também aquelas entidades a acompanhar os processos de atribuição de apoios nos domínios de intervenção da Direcção-Geral das Artes (DG Artes). No caso dos municípios, a sua esfera de competência passa a incorporar a gestão de um conjunto de museus, edifícios e sítios classificados, especificados no relatório final do referido programa, tendo ficado também calendarizado, a partir de 2008, o seu apoio à conservação de equipamentos culturais de âmbito local. Este esforço da administração regional e local, em assegurar de forma eficaz as suas novas funções, pressupunha não só a exigência de adequação dos seus recursos humanos e técnicos, como também uma maior capacidade financeira para corresponder a estes novos desafios. Assim, caracterizou-se este período por um notório crescimento da despesa pública nas autarquias portuguesas, tendo contudo culminado, no final da primeira década do novo milénio, com a abrupta inversão daquela trajectória, fruto de incomportáveis níveis de endividamento registados.

⁶⁷ Pela Resolução de Conselho de Ministros nº 124/2005, foi criado o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE). Este tinha como objectivos principais modernizar e racionalizar a Administração Central, melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, colocar a Administração mais próxima e dialogante com o cidadão. Para tal, uma das suas estratégias de acção passava pelo reforço da proximidade dos cidadãos através de processos de desconcentração e descentralização físicas.

Os municípios passaram deste modo, no espaço temporal de uma década, de um quadro expansionista, por via do qual investiram significativamente no sector cultural, para um outro de enorme contracção orçamental. Ao longo daquele primeiro período, verificou-se uma coincidência temporal entre a adopção das referidas políticas de descentralização e o crescimento do movimento associativo na órbita das Câmaras Municipais.

Não obstante o acesso a substanciais transferências financeiras, provenientes do Estado central ou da União Europeia (através de Quadros Comunitários de Apoio), algumas das autarquias revelam uma limitada capacidade de actuação, decorrente da falta de preparação e especialização técnica dos seus quadros no sector cultural,⁶⁸ da falta de visão estratégica de alguns dos eleitos,⁶⁹ da deslocação de recursos para áreas eleitoralmente mais aliciantes (obras públicas, acção social ou educação) ou da pouca familiaridade com o conceito de programação cultural. Acabam dessa forma por limitar a sua acção à realização de eventos, desarticulados e desconexos entre si, sem atender a uma eficaz estratégia cultural ou promover iniciativas de cooperação no plano intermunicipal (programação em rede).

A assunção de tais insuficiências leva a que as autarquias tenham progressivamente procurado o envolvimento de estruturas associativas na projecção e execução de políticas culturais. Estas, enquanto veículos privilegiados de actuação organizada da sociedade civil, revelam-se valiosos parceiros na mitigação e partilha de funções que, cabendo às autarquias, implicam a sua actuação em áreas para as quais não estão naturalmente vocacionadas, casos da produção ou gestão cultural.

⁶⁸ Regista-se um baixo investimento das autarquias na formação e incorporação de profissionais do sector cultural ou na requalificação de funcionários já afectos ao referido sector, sendo imperativo para a adopção de verdadeiras estratégias culturais a valorização da gestão cultural no âmbito da estrutura municipal.

⁶⁹ Não raras vezes, para a elaboração e execução das respectivas políticas culturais, as autarquias apenas podem contar com recursos humanos / funcionários disponíveis, que em certos casos não possuem qualquer qualificação no sector cultural ou recursos técnicos necessários para as referidas tarefas. Em municípios de pequena / média dimensão, é habitual verificarmos a existência de equipamentos, como teatros ou cine-teatros, sem responsáveis permanentes pela sua programação. Ao invés, os decisores autárquicos optam por receber de forma casuística produções de terceiros, sem que imponham aos espaços em causa e ao município uma linha programática.

Questão que se coloca com maior pertinência em municípios de pequena e média dimensão, nos quais a oferta cultural depende quase exclusivamente da actuação das respectivas Câmaras Municipais. Ao invés, em alguns centros urbanos de maior dimensão (Lisboa e Porto), não só essas autarquias gerem vários equipamentos através de empresas municipais constituídas para o efeito (caso da EGEAC em Lisboa), como acabam por aproveitar a actividade promovida por agentes públicos (teatros nacionais) e privados (produtoras de espectáculos), que por via da sua programação regular complementam a oferta cultural do município.

A supra mencionada relação de proximidade e cooperação entre o poder local e as organizações associativas,^{70 71} no que diz respeito ao sector cultural, tem passado na maioria dos casos por um apoio à dinamização daquelas estruturas, designadamente:

- a) através do pontual acesso a infra-estruturas e equipamentos culturais da autarquia (teatros ou salas de concertos) e eventual contratualização da sua gestão continuada, passando aquelas associações a substituir as autarquias nesta específica tarefa;
- b) pelo apoio logístico às suas actividades, designadamente através da cedência de alojamento, transportes ou materiais diversos;
- c) por via da isenção de taxas na obtenção licenciamento de eventos culturais, de ruído e utilização de recintos improvisados;
- d) e pelo lançamento de programas de apoio financeiro às referidas associações, como tem sido o caso do Programa de Apoio Anual ao Associativismo, promovido pela autarquia de Coimbra.

⁷⁰ Contudo, alguns autores não deixam de demonstrar desconfiança na análise das motivações que se encontram subjacentes à relação em causa. Denuncia-se a adequação da despesa em função do calendário eleitoral, aponta-se às autarquias a utilização das estruturas associativas como mecanismo de legitimação junto da sociedade civil, chama-se a atenção para o risco de promiscuidade e confusão entre dirigentes associativos e políticos, ou, como refere Vilaça, “*estratégias de filiação partidária de dirigentes associativos com o desígnio de aumentar o seu poder negocial junto das autarquias*”.

⁷¹ Acaba por ser uma relação ambígua, porquanto se considerarmos que se defende a separação do Estado relativamente às organizações do Terceiro Sector, acaba por ser a Administração Local a reconhecer as suas insuficiências e a delegar responsabilidades em organizações privadas, apoiando-as financeiramente de modo a que estas possam colmatar as suas omissões.

Dito isto, parece-nos inevitável a concertação de estratégias comuns para o sector da cultura, que envolvam municípios e respectivas associações. Estas desempenham na referida relação uma função tendencialmente complementar, percorrendo segmentos de expressão cultural e nichos de público marginais ao núcleo mais convencional que salas e teatros públicos preenchem; assumindo a gestão de equipamentos culturais do município⁷², provendo pela sua dinamização; e auxiliando os poderes locais na tomada de melhores e mais informadas decisões, no âmbito do sector cultural, abrindo canais de participação directa a associados e sociedade civil em geral. A flexibilidade jurídico-administrativa, a possibilidade de procurarem no sector privado empresarial parceiros que complementem o eventual financiamento público e a sua capacidade de recrutamento e gestão de recursos humanos permitem às associações uma mais eficaz actuação no sector cultural.

4.3 Fragilização da relação na actualidade

Nos anos mais recentes, a relação em causa sofreu importantes alterações em alguns dos seus pressupostos, em virtude da redução de disponibilidades orçamentais de que já demos conta. Desde 2009, em razão da trajectória descendente da despesa pública com o sector cultural (especialmente sentida no âmbito da Administração Local) e posterior aplicação de programas de ajustamento e correcção, as autarquias deixaram de ter margem para manter um semelhante nível de investimento. Daqui resultou uma comprovada dificuldade em promover políticas culturais ambiciosas, as quais se passaram a caracterizar por um âmbito de implementação progressivamente restrito na sua amplitude, instrumentos e objectivos. Por maioria de razão, o estímulo até aí dado à actividade de organizações associativas, torna-se cada vez mais reduzido e pontual, originando um problema de sustentabilidade em muitas delas. Programas de apoio ao associativismo, que até aí configuravam um importante incentivo à regular actividade daquelas estruturas nos respectivos municípios, revelam-se gradualmente mais restritos nos seus critérios e, em alguns casos, chegam mesmo a ser suspensos. De igual modo, a disponibilidade por parte das Câmaras Municipais para negociar apoios a iniciativas culturais pontuais de interesse público passa a ter uma muito reduzida margem de aprovação.

⁷² Sempre que preexistam formações associativas na órbita dos referidos equipamentos (na sua área geográfica), estes novos pólos permitem alavancar a sua actividade.

Da mesma forma, o sector privado empresarial encontra-se também hoje retraído, pelo que a via do mecenato cultural encontra-se tendencialmente fechada, reservada preferencialmente a estruturas de maior dimensão⁷³, que mais facilmente possuem a capacidade e a influência social para captar esse eventual investimento (exemplo de associações de solidariedade de âmbito nacional). No caso de associações culturais de âmbito local, estas deparam-se habitualmente com a falta de margem financeira de pequenas e médias empresas para apoiarem projectos do referido domínio, mesmo que *a posteriori* venham a obter benefícios fiscais por via desse apoio. De resto, nos poucos casos em que existe essa capacidade e predisposição, a maioria das empresas tem preferência pelo apoio de entidades desportivas que lhes garantam uma maior visibilidade da sua marca.

Dado o enquadramento descrito, a relação de complementaridade entre associações culturais e autarquias tende hoje a fragilizar-se. Dependentes quase em absoluto das receitas que conseguem gerar, e por esse motivo consignadas a uma programação cautelosa e sem margem para risco, as primeiras encontram-se deficitárias na sua sustentabilidade e autonomia, daí resultando uma actividade irregular. Da mesma forma, as autarquias estão presentemente amarradas a uma disciplina financeira ortodoxa, que implica a limitação estrita da sua despesa, obrigando a que esta seja hierarquizada e maioritariamente deslocada para a satisfação de necessidades básicas da população. Temos pois uma relação de maior afastamento entre as referidas entidades, porquanto nem as autarquias possuem de momento a autonomia financeira necessária para estimular o crescimento das associações e apoiar regularmente as suas actividades, na mesma medida e com os mesmos recursos que haviam dispensado no passado; nem tão pouco as associações têm hoje a mesma capacidade de colmatar as insuficiências programáticas das autarquias, na maioria das vezes tendo projectos para tal, mas não encontrando o suporte financeiro que os mesmos não dispensam, e por isso obrigadas a conformar aqueles a uma dimensão, periodicidade e impacto muito reduzido. A ideia de proximidade complementar entre elas é comprometida pela precariedade financeira conjuntural.

⁷³ Em certos casos, é o próprio Estado quem concorre com as organizações associativas na captação e obtenção de fundos de mecenato cultural, tendo para isso melhores condições e uma vantagem que traz efeitos negativos para o financiamento associativo.

Todavia, não implica esta apreciação uma conclusão sobre o fracasso de dinâmicas de cooperação institucional entre poder local e associações, cujos reconhecidos efeitos sobre a mobilização da sociedade civil, sua correcção da democracia representativa, redução de assimetrias locais, formação de uma cidadania activa e valorização da construção de projectos colectivos são sem dúvida alguma positivos. Pretende-se sim realçar que o quadro financeiro e económico que subjaz a essa proximidade maximiza ou, ao invés, fragiliza este tipo de relação, não existindo no presente as condições necessárias para uma sua articulação. As associações culturais, em todo o caso, persistem complementares ou alternativas, na medida em que reconduzem a sua actividade a segmentos muito específicos da produção cultural, satisfazendo nichos da população e respondendo a públicos que, de outra forma, não disporiam deste tipo de oferta. No entanto, a sua capacidade em assegurá-la de uma forma regular é menor, se não minimamente apoiadas pelo poder local (não necessariamente numa dimensão financeira, mas tão só logística).

Num momento em que as Câmaras Municipais têm enormes dificuldades em responder a todas as necessidades da população, e por isso, em áreas como a da cultura, porquanto discutivelmente não-prioritária, as autarquias tendem a ser hoje mais omissas e negligentes⁷⁴; seria este, à partida, um momento preferencial para que organizações da sociedade civil ocupassem esses campos de actuação deixados livres, reclamando para si a responsabilidade da oferta cultural respectiva, em articulação com as autarquias. Porém, aquilo a que assistimos no momento é a um investimento ténue⁷⁵ no sector e uma consequente e progressiva distância entre municípios e associações.

⁷⁴ Com as excepções de Lisboa e Porto, as autarquias continuam a ser o principal, e por vezes o único, programador cultural e adquirente de produtos artísticos e culturais.

⁷⁵ Actualmente, de acordo com dados do INE, o sector cultural tem um peso de 3% no PIB português, estimando-se que continue a subir até atingir cerca de 5% nos próximos anos. Contudo, desde 2009 (data em a despesa com o sector representava 0,4% do PIB) o Estado tem diminuído drasticamente aquela despesa, fixando-se, no ano de 2013, em apenas 0,1%.

Capítulo III

O Projecto Lugar Comum

Abordada a relação entre o associativismo cultural e o poder local, no presente quadro de contracção económico-financeira, procuraremos de seguida caracterizar um seu segmento específico, designadamente constituído por associações cuja actividade tem como objecto a promoção e divulgação da denominada música independente. Para uma melhor compreensão deste tipo de projectos no contexto municipal, teremos por referência o caso específico da associação cultural Lugar Comum, dando nota da sua organização interna, amplitude geográfica, orientação programática, comunicação e sustentabilidade.

1. Caracterização Geral do Projecto

Constituída em Coimbra ⁷⁶, na data de 03 de Setembro de 2008, a Lugar Comum – Associação de Promoção e Divulgação Cultural surgiu com o intuito de reforçar e dinamizar o panorama cultural da respectiva cidade. Partindo de uma estreita ligação dos seus membros ao domínio da música, por via da regular organização de concertos levou a cabo uma programação diferenciada e alternativa, privilegiando segmentos como o folk ou o rock, na sua dimensão mais independente e autoral.

⁷⁶ A associação em questão constituiu-se através de Escritura Pública, em sede de cartório notarial. Meses antes, a Lei n.º 40/2007, de 24 de Agosto, aprovara o regime especial de constituição imediata de associações, actualizando o regime geral de constituição previsto no Código Civil. Com a opção Associação na Hora, passou a ser possível constituir associações num único balcão e de forma imediata, dispensando Escritura Pública, num claro esforço de desburocratização do processo, à semelhança do que já tinha sido levado a cabo no caso das empresas. No acto de constituição passou também a efectuar-se a entrega e publicação imediata do respectivo certificado e respectivos estatutos no site do Ministério da Justiça, assim como a atribuição de um domínio .PT na internet. Porém, a escolha da denominação da organização está limitada a uma lista pré-determinada, facto que pela dimensão simbólica dessa escolha afasta os interessados deste regime.

Desde 2008, procurou sedimentar a sua posição no contexto cultural de Coimbra, por via de uma oferta regular e consistente, cujo efeito pretendido se traduzisse numa correspondente identificação e proximidade entre projecto e público-alvo. Numa primeira fase, desprovida de espaço próprio, a associação multiplicou a sua actividade por salas e teatros da cidade, recorrendo não raras vezes a soluções não convencionais ao adequar as valências de galerias de arte ou museus às exigências de um concerto. A deslocação de parte da sua programação para espaços não formais tornou-se, de resto, parte do seu perfil, não só permitindo um progressivo contacto e colaboração com outros agentes culturais, como também convidando a um exercício criativo de reinvenção daqueles espaços.

Esta situação alterou-se substancialmente a partir de 2012, momento em que se fixa em permanência na Casa das Artes da Fundação Bissaya Barreto, passando a dispor de um conjunto de espaços adequados a uma programação interdisciplinar. Perto de chegar à cifra de quarenta concertos organizados nos últimos cinco anos, a associação procura hoje ampliar as suas actividades para os territórios do cinema e da fotografia, mantendo uma ligação ao conceito de música independente, denominador comum a todas as suas propostas. Tem ainda construído relações de parceria duradouras com diversos teatros municipais e associações culturais fora do seu distrito, ensaiando, quando tal é possível, uma programação em rede que permita a circulação de músicos e a partilha de custos.

Actualmente, a Lugar Comum mantém uma estrutura em tudo semelhante àquela com que iniciou o projecto, composta de um núcleo constituído por sete elementos, que se dividem em departamentos de programação, técnica, gestão financeira, comunicação e imagem, envolvendo ainda pontualmente um conjunto de colaboradores que elevam aquele número para uma dezena. Em ambos os casos caracteriza-se pela sua dimensão essencialmente voluntária, numa lógica participativa de constante configuração e definição do projecto a partir do contributo directo de cada um. De resto, este é um traço comum a organizações deste tipo, as quais dependem em grande parte da dimensão pessoal e melómana dos seus elementos, extravasando uma mera relação profissional. Aprofundaremos de seguida alguns desses traços, propondo soluções para algumas das dificuldades e desafios com que se deparam associações como a supra apresentada.

2. Âmbito Geográfico

2.1 Dimensão demográfica

A Lugar Comum tem a sua sede na Av. Sá da Bandeira, em Coimbra, cidade na qual leva a cabo a quase totalidade da sua actividade associativa. De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo INE, correspondentes ao censo de 2011, o município de Coimbra, subdividido em 18 freguesias, registava 143.396 habitantes ⁷⁷, numa área total de 319,4 km² ⁷⁸.

Encontra-se inserido na Nut II – Centro e Nut III – Baixo Mondego, tendo como concelhos limítrofes: a norte Mealhada e Cantanhede, a este Penacova e Vila Nova de Poiares, a sul Penela e Condeixa-a-Nova, e finalmente, a oeste Montemor-o-Velho. Goza ainda de uma localização especialmente relevante no contexto ibérico, integrando-se na denominada Fachada Atlântica Ocidental, a qual compreende todo o rectângulo de território entre a Galiza e o Algarve. Já em termos nacionais, situa-se no eixo Lisboa - Porto, por essa via adquirindo uma especial importância estratégico-económica resultante da equidistância em relação às duas zonas metropolitanas do país e da proximidade com outras cidades do interior, como Guarda, Viseu ou Covilhã (o chamado Triângulo Centro - Atlântico de Cidades Médias Ibéricas).

No início do séc. XX (1900), Coimbra tinha uma população de 54.105 habitantes. O forte crescimento demográfico registado na segunda metade do séc. XIX (a população era em 1849 de 32.517 habitantes), traduziu-se na expansão urbana da cidade para áreas mais a norte e margem esquerda do Rio Mondego (correspondente às freguesias de Santa Clara e S. Martinho do Bispo). Nesta fase a própria Baixa de Coimbra passa a ser identificada com um espaço mais vasto, incorporando novas zonas industriais, às quais correspondem nos dias de hoje a Av. Fernão de Magalhães e Arnado.

⁷⁷ Fonte: INE / Pordata. De acordo com a estimativa de 31.12.12, a população residente cai para 139.151 no ano de 2013, deixando Coimbra na 17ª posição do ranking nacional. O município de regista ainda uma percentagem de população presente não residente de 8%.

⁷⁸ No caso de uma área mais abrangente como o distrito de Coimbra, a respectiva população residente corresponde, de acordo com o censos de 2011, a 430.104 habitantes Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística.

Chegados ao séc. XX, novos bairros são edificados, ampliando a cintura urbana do município, como é o caso do Bairro Norton de Matos e do Bairro de Celas, fazendo crescer a população de 106.404, em 1960, para 138.930 habitantes, já em 1981 ⁷⁹. O ritmo de crescimento da população de Coimbra manteve-se regular até ao novo milénio, apesar de, entre 1996 e 2004, ter registado uma das mais baixas taxas de entre as capitais de distrito. Em 2001, o respectivo censo apontou para uma cifra de 146.317 habitantes, o que significa que, quando comparado com os dados actuais de 2011, se verificou uma redução de cerca de 3000 habitantes. Este decréscimo deveu-se a uma série de factores, designadamente o gradual envelhecimento da população em freguesias urbanas como S. Bartolomeu, Santa Cruz ou Almedina; a deslocação para municípios limítrofes (Condeixa, Miranda do Corvo, Lousã, etc.), que assumindo políticas activas de habitação oferecem melhores condições na aquisição de casa; ou, mais recentemente, em razão de elevadas taxas de desemprego ⁸⁰, das quais decorrem tendências migratórias em busca de menor precariedade.

Não despiciente, e com um relevante impacto para o presente trabalho, deve ser mencionada a juventude de uma parte importante da população, em razão de Coimbra apresentar um vasto conjunto de instituições de Ensino Superior, do qual se destaca a Universidade de Coimbra que possui aproximadamente 20.000 estudantes e cerca de 11.000 pós-graduandos. Este facto reflecte-se também na própria sazonalidade migratória dessa mesma população estudantil, na sua renovação anual e na natural apetência de parte dela por actividades de índole cultural.

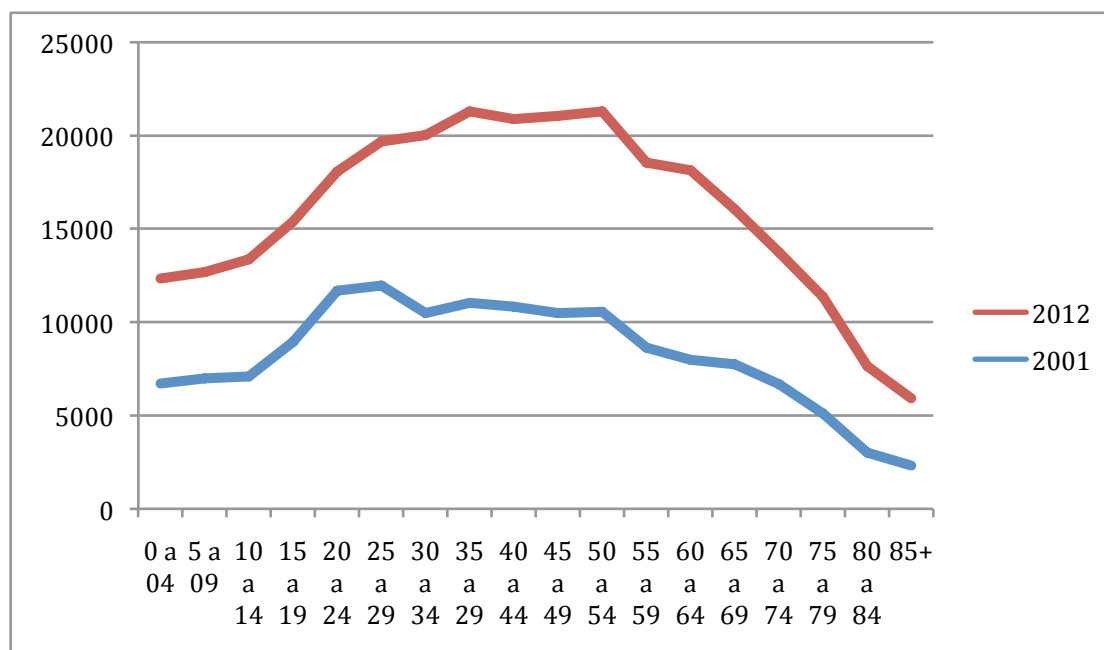
⁷⁹ Santos, 2011, p. 47.

⁸⁰ De acordo com dados do Instituto Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativos ao mês de Julho de 2013, registaram-se no concelho de Coimbra 8483 desempregados, dos quais 953 se encontram à procura de primeiro emprego e 3530 já se encontram na referida situação há mais de 12 meses.

Gráfico 4

População residente de acordo com faixa etária

Fonte: Instituto Nacional de Estatística / Pordata (Período de referencia: 31/12/12)



Como demonstra o gráfico apresentado, registou-se na última década um enorme crescimento da denominada população activa, praticamente existindo uma duplicação dos valores de 2001, na chamada idade adulta. O mencionado desfasamento tem o seu início logo a partir dos 20 anos, em que a população dispara para patamares fixados nos 20000 habitantes, de acordo com a distribuição do total apurado. Distância esta que se mantém até à faixa etária dos 50 a 54 anos, momento em que a distribuição da população passa a ser menor, até que acaba por se fixar em valores próximos daqueles já existentes em 2001. Não obstante, é preciso notar que a população envelhecida é ainda significativamente maior que há uma década atrás. Em 2007, o índice de envelhecimento da população do distrito de Coimbra já era de 155% (superior da média nacional de 113%), significando que por cada 100 jovens com menos de 14 anos, existiam 155 indivíduos com mais de 65 anos, situação esta que se veio a agravar⁸¹.

⁸¹ Fonte: INE / Pordata. De acordo com dados apurados pelo censo de 2011, o índice de envelhecimento nacional encontra-se agora fixado nos 1278% quando em 2001 era de 102%. Apesar de tudo, no contexto do distrito, o município de Coimbra nem é dos mais envelhecidos, com um índice de 124%.

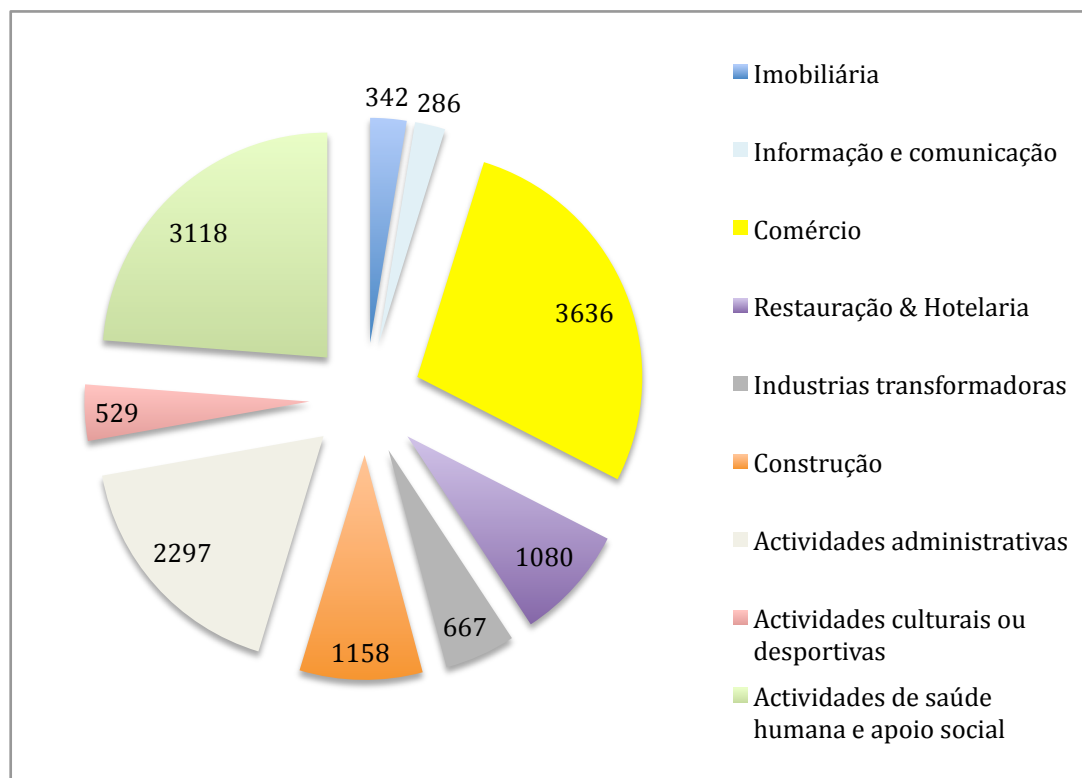
2.2 Dimensão económica

De acordo com os dados apurados entre 2009 e 2011, pelo Instituto Nacional de Estatística, o distrito de Coimbra encontra-se fortemente terciarizado (cerca de 77% das empresas correspondem a este sector), à semelhança do que se verifica no restante território (média nacional de 79%). Mais concretamente, proliferam empresas nas áreas do comércio por grosso e a retalho, saúde e apoio social (são especialmente relevantes empresas de alta tecnologia aplicada ao sector da saúde) e imobiliário. Não incorporando uma dimensão industrial acentuada, existe ainda assim um conjunto de indústrias transformadoras em sectores como o alimentar, metalurgias de base e produtos metálicos com uma expressão assinalável no distrito, também neste caso superior à média nacional. De salientar ainda o significativo número de serviços administrativos existentes (a única área que rivaliza em números com o comércio e o sector da saúde), os quais se afiguram como essenciais como unidades de apoio.

Gráfico 5

Total de empresas por sector de actividade económica no distrito de Coimbra

Fonte: INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas de 2011



Contudo, é na área do conhecimento e inovação que existe uma aposta crescente e hoje bastante relevante, principalmente no que concerne a tecnologias de informação, cuja actividade se encontra conexas com áreas como a defesa, telecomunicações e saúde. De resto, uma parte deste tipo de empresas tem uma ligação muito estreita à Universidade de Coimbra, enquanto pólo científico e parceiro de investigação, em certos casos decorrendo daquela a constituição destes projectos empresariais (*spin off* universitário). No que concerne ao Índice de Poder de Compra *per capita*, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos a 2009, o município de Coimbra registou valores bem acima da média nacional ou distrital (138 pontos contra 100 e 94, respectivamente). Já no que concerne à Percentagem de Poder de Compra, que mostra o peso que cada região ou concelho têm no total do poder de compra nacional, o município de Coimbra regista um valor de 1,82%, num total distrital de 3,25%. Estes números vêm comprovar a disparidade existente dentro do próprio distrito, motivada pela interioridade de alguns dos municípios (por exemplo, Penela e Penacova apresentavam, em 2009, índices que correspondem a pouco mais de metade do valor nacional, respectivamente 53,3 e 54,7 pontos). Nota ainda para o valor salarial médio mensal de um trabalhador, no distrito de Coimbra, o qual se fixava no supra mencionado período, e ainda de acordo com dados do INE, em € 827,00, abaixo da média nacional estimada em € 934,00, valores estes cuja discrepância é maior ainda no sector terciário.

Do exposto, fica demonstrado que em razão da posição geo-estratégica que ocupa, praticamente equidistante relativamente a Porto e Lisboa, Coimbra possui condições para se afirmar como uma potencial alternativa. Cidades como Leiria ou Aveiro permitem-lhe pensar na adopção de um modelo articulado de “desenvolvimento regional policêntrico, centrado e equilibrado em Coimbra”⁸², semelhante ao assumido por Lisboa e Porto relativamente às suas áreas metropolitanas e cidades satélites⁸³. No seu contexto regional, Coimbra é a cidade que apresenta melhores indicadores de desenvolvimento, liderando em sectores como a Saúde e o Ensino Superior.

⁸² Plano Estratégico de Coimbra, 2011, p. 57.

⁸³ Estes municípios têm níveis de desenvolvimento inferiores a Coimbra, em resultado da sua interioridade, não existindo assim um desenvolvimento homogéneo e coesão regional.

2.3 Impacto no associativismo cultural

No capítulo do associativismo cultural, que é aquele que mais nos interessa para efeitos do presente trabalho, a maior parte das associações daquele tipo, como é o caso da Lugar Comum, encontram-se sedeadas no centro de Coimbra, ou seja, na área correspondente à zona da Alta e Universidade. Tal facto decorre de se tratar de uma tradicional zona de circulação, dinamismo e vida cultural, não só dotada de um conjunto de espaços, património ⁸⁴ e equipamentos culturais (Teatro Académico Gil Vicente, Museu Nacional de Machado de Castro, Teatro Cerca de S. Bernardo, Museu da Ciência, Associação Académica de Coimbra, etc.), mas sobretudo central pela polarização de um significativo segmento de população universitária, participante activa nessas organizações culturais.

Tendo em conta o conjunto de parâmetros geográficos, demográficos e económicos deduzidos, Coimbra reúne um conjunto de condições favoráveis para o específico desenvolvimento de actividades culturais. A sua localização geográfica no centro do país, entre dois grandes núcleos urbanos, coloca-a num ponto intermédio na principal rota de circulação de eventos artísticos, possuindo ainda uma capacidade de absorver o público de um conjunto de cidades de média dimensão, localizadas na Região Centro e municípios limítrofes e ligadas por via de uma rede de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias. Demograficamente, o crescimento (e em certas faixas etárias a sua duplicação) da população adulta (25 a 55 anos) na última década, ao qual acresce a natureza universitária de uma parte relevante da população residente em Coimbra, configuram factores que concorrem para que as associações culturais disponham de uma ampla base de recrutamento e a possibilidade de dirigirem os seus projectos a um público urbano, à partida, esclarecido e renovado. Já economicamente, não só se destaca o Índice de Poder de Compra *per capita* superior à média nacional, que deixa antever a existência de condições favoráveis à formação de hábitos de consumo de produtos culturais, como também a composição de um tecido empresarial no qual as novas tecnologias se encontram fortemente representadas, tendencialmente mais aberto a apoiar projectos culturais não tradicionais.

⁸⁴ Aquela área coincide em grande parte com a zona histórica a que foi atribuída muito recentemente, em 22 de Junho de 2013, a condição de Património da Humanidade, factor que não só valoriza culturalmente a cidade, como por outro lado responsabiliza aquelas estruturas associativas, convidando-as ao envolvimento dinâmico no projecto.

3. Estrutura e Organização Interna

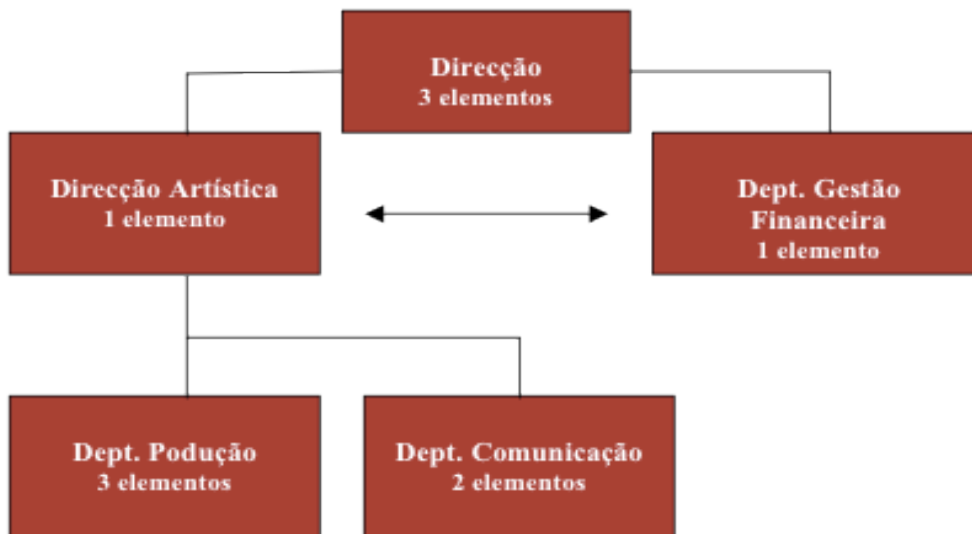


Figura 1 - Organograma da Lugar Comum

A diminuída rigidez estrutural e a informalidade de relações e procedimentos internos são características associadas às organizações em análise, particularmente numa fase embrionária ou no caso de a respectiva actividade se desenvolver numa escala reduzida. Este modelo distingue-se da hierarquização vincada e estanque das pessoas colectivas públicas, correspondente a previsão legislativa, no sentido de atribuir competências exclusivas a determinados órgãos de uma mesma estrutura, que entre si se relacionam de acordo com princípios de subordinação; já no caso de associações como a Lugar Comum, verifica-se uma certa permeabilidade entre competências, que se traduz numa necessária articulação de tarefas e partilha de decisões.

No caso específico das associações culturais, o modo como se encontram estruturadas não é de todo diferente do modelo adoptado pela maioria dos teatros municipais e salas de espectáculo. A Direcção Artística deste tipo de projectos tem, à partida, um papel preponderante, ao chamar a si a programação da agenda a médio e longo prazo (normalmente períodos trimestrais ou semestrais), a partir da qual departamentos como o de produção e de comunicação poderão então desenvolver as suas tarefas específicas. No entanto, em outros casos, o acto de programar, assim como as decisões decorrentes daqueles dois outros departamentos, contam com a participação e interacção de uma significativa parte dos elementos da associação.

Temos desta forma dois modelos diferentes. No primeiro, a programação passa por um processo decisório solitário, conduzido pelo Director Artístico ou Programador Cultural, correspondendo o resultado à sua visão estritamente individual⁸⁵. Trata-se de um modelo marcadamente personalizado que, por vezes, coloca a componente colectiva da organização numa excessiva dependência relativamente a uma só pessoa, não sendo raros os casos em que, após a saída desse elemento, a associação é colocada perante o difícil problema da sua substituição, resultando na sua descaracterização ou mesmo numa trajectória por um período de menor expressão. Um outro modelo, que é aquele adoptado pela Lugar Comum, não obstante colocar a agenda nas mãos do Programador, envolve os restantes membros nas suas decisões, numa dinâmica de debate de propostas e busca de consensos. Inversamente, aquele participa activamente da própria produção e comunicação das actividades, influenciando da mesma forma as escolhas nestes domínios, de modo a que desse processo resulte uma estratégia articulada e participada, que tenha como efeito uma coerência de forma e conteúdo.

No caso em análise, a opção por aquele modelo de natureza sinérgica, dominado por uma lógica participativa que envolve todos no trabalho de cada um, radica no facto de todos os elementos da Lugar Comum partilharem uma abordagem melómana e não meramente técnica face ao projecto. Enquanto co-fundadores do mesmo, aquele é o resultado da comunhão de interesses, no caso a música independente, pelo que existe uma identificação e conhecimento absoluto do objecto por parte de cada um deles, ao invés de um mero interesse específico por tarefas de um dado departamento. Tal como acontece com a maioria das associações culturais, a Lugar Comum possui uma estrutura reduzida, incorporando sete elementos permanentes, aos quais se soma, aquando da realização de eventos, um conjunto variável de três ou mais colaboradores pontuais, que assumem tarefas de natureza logística ou acessória (montagem de palco, transporte de material, bilhética, controlo de entradas, etc.). Este corpo reduzido concorre para a informalidade e elasticidade deste tipo de estruturas, possibilitando a sua adequação funcional às exigências da realização em questão.

⁸⁵ Este é o modelo de reconhecidas associações culturais no domínio da música, como a ZDB e a Nariz Entupido, ambas em Lisboa, ou a Velha-a-Branca, em Braga, ao longo dos anos centradas nas opções programáticas de um elemento que, a partir de certa altura, se confunde com a própria organização e tem nela (na definição da sua agenda e estratégia) uma extensão das suas escolhas e personalidade.

Habitualmente, os dois principais órgãos sociais da associação (Direcção / Mesa da Assembleia Geral) integram elementos que desempenham funções no âmbito da actividade da associação, existindo assim uma coincidência entre o que podemos denominar como estrutura formal e estrutura operacional. Decorre esta sobreposição das condições em que estas organizações são constituídas, normalmente (como é o caso), assentando num núcleo reduzido que, tendo um desígnio comum de natureza muito específica, torna numa primeira fase difícil a abertura daqueles órgãos à participação de corpos estranhos a esse grupo e à associação. De resto, um efeito em tudo semelhante ao que se verifica na maioria das empresas familiares, que mesmo ampliando a sua dimensão se mantêm resistentes à entrada de novos parceiros nos órgãos de direcção. Esta coincidência tem efeitos positivos e negativos. Se por um lado é um factor favorável à estabilidade e congruência da organização, sem que a direcção executiva e administrativa da associação possa eventualmente colidir com a estratégia programática da mesma; por outro lado pode vir a fechar demasiado a organização sobre si mesma, dispensando uma visão crítica de elementos que não participem directamente das suas actividades.

Uma última nota para destacar a componente voluntária e a diversidade académica e profissional que caracterizam este tipo de associações culturais. Como acontece no caso em referência, numa fase inicial o voluntarismo dos participantes no projecto é essencial para a sustentabilidade do mesmo, estando intimamente ligado à relação de envolvimento e pertença que esses elementos têm face ao objectivo perseguido. Este voluntarismo não significa uma desclassificação profissional daqueles, porquanto na maioria das vezes alguns desses elementos asseguram, através da sua experiência na área e formação académica, semelhantes patamares de exigência. Mais, a integração de profissionais de diferentes áreas profissionais (advogados, biólogos, arquitectos, designers, etc., como acontece na Lugar Comum), permite reconduzir todas essas experiências à actividade associativa, não sendo despiciente enquanto contributo para a sua heterogeneidade. Alguns autores defendem a desejável formação na área da gestão cultural dos elementos destas associações, por forma a dotá-las de uma maior capacidade de resposta às exigências que públicos cada vez mais informados e esclarecidos reclamam. Já a sua profissionalização não só parece inoportuna no contexto de contracção económica actual, como pode significar a descaracterização de tais associações.

4. Objecto e Opções Programáticas

4.1 Cultura “indie”

Como consta da sua denominação, e em maior pormenor do art. 3º dos respectivos Estatutos, a Lugar Comum tem como seu objecto “a promoção e divulgação cultural, desenvolvendo para o efeito quaisquer actividades que julgue necessárias e adequadas a tal fim, designadamente: a) a organização e produção de eventos artísticos, como concertos, exposições, conferencias, quer em projecto autónomo, quer em parceria com outras entidades; b) a divulgação de actividades de interesse sócio - cultural; c) a organização e produção de *workshops* e acções de formação no âmbito das várias expressões culturais, designadamente a música, o cinema, a pintura, o teatro, a literatura, etc.”. Sendo esta uma definição suficientemente ampla, deixando margem à associação para crescer e passar a actuar em vários segmentos culturais, é no entanto necessário referir que o seu campo de actuação primeiro e originário situa-se em torno da denominada música independente.

Este conceito refere-se a qualquer tipo de música ⁸⁶ produzida à margem de pressupostos comerciais, marcada por processos de gravação e de promoção, plenos de autonomia. Normalmente, é identificada com uma dimensão autoral, ou seja, com uma correspondência entre o momento da criação e o resultado final, sem que ao longo desse caminho o autor deixe alguma vez de estar envolvido no processo, detendo o controlo total sobre o mesmo (o que leva certos autores a associarem o conceito a uma atitude de “DIY / *Do It Yourself*”). Encontra-se este conceito associado à passagem de uma sociedade de consumidores passivos para uma de produtores activos, porquanto as novas tecnologias permitem que qualquer pessoa passe a criar os seus próprios produtos culturais e os divulgue, dispensando filtros de terceiros (editoras ou distribuidoras). Passa a existir desta forma uma democratização de todo o processo, permitindo a multiplicação de criadores e a transferência do espaço de criação do estúdio para um mero *laptop*.

⁸⁶ A transversalidade da etiqueta “indie” (ou independente) traduz-se na sua aplicação a um vasto conjunto de géneros musicais, querendo significar aquele traço autoral que os mesmos, segundo determinadas circunstâncias, podem adquirir. É assim muito comum existirem referências à indie pop, indie folk, indie rock ou indietronica.

À semelhança de outras associações com a mesma vocação, a prossecução do seu objecto ganha expressão, neste caso na cidade de Coimbra, através da produção e apresentação de propostas de concerto, que o público reconhece como diferenciadas pela sua especificidade. Estas, dificilmente teriam cabimento em grandes salas ou no circuito comercial, porquanto não se dirigem a um público massificado. Tendem sim a um público conhecedor e melómano, que desvaloriza formatos repetidos e artificiais em favor de projectos plenos de criatividade e, não raras vezes, experimentais na sua concepção e execução, os quais exigem à partida um acompanhamento atento.

Estabelecido há muito na Europa, em torno dos grandes centros urbanos ou cidades universitárias, e em franco crescimento em Portugal, o circuito da denominada música independente, pela dimensão autoral e directa que privilegia, dispensa na maior parte das vezes complexos mecanismos de agenciamento ou exigentes logísticas, no sentido de adequação das propostas também a pequenas estruturas e programadores.

Esta concepção alternativa, que percorre espaços marginais em relação ao centro ocupado por formas mais populares, encontra correspondência em outras disciplinas como o cinema ou a fotografia. Por esta razão, a Lugar Comum tem vindo a assumir uma tendência interdisciplinar, promovendo à margem da organização de concertos o visionamento de documentários ou apresentando exposições fotográficas. No entanto, a preocupação com a manutenção do seu objecto, e desse modo assegurando uma certa congruência e identidade, leva a que essas outras actividades conservem uma ligação à música, tratando-a em filme ou captando-a em fotografia. Qualquer que seja a sua expressão, com maior incidência no domínio da música, a “cultura indie” tem vindo progressivamente a deixar o seu espaço marginal, em favor de uma maior aproximação de consumidores médios e de uma cultura do *mainstream*. Deve-se este facto a um gradual processo de democratização cultural, principalmente no que concerne ao domínio das novas tecnologias, por via de um amplo acesso e partilha de conteúdos ⁸⁷.

⁸⁷ Sites como o Bandcamp ou o Soundcloud permitem hoje a qualquer autor a edição digital e partilha dos seus álbuns ou músicas, enquanto que outros como o Spotify oferecem um quase completo acervo musical fazendo que qualquer um possa escutar qualquer álbum ou discografia desde que ligado à internet. Vive-se uma era de “democratização de tecnologias digitais e fruição de obras culturais” (Teixeira Coelho, 2008).

Sinal desta maior exposição, nos últimos anos houve uma aposta sucessiva, por parte de grandes produtoras nacionais, na exploração deste tipo de propostas, reconduzindo-as aos palcos dos chamados festivais de Verão. Deste modo, passa a estar associada à cultura indie uma dimensão lucrativa, que não se encontra inscrita no momento criativo, e que decorre de uma exponencial ampliação do seu público ⁸⁸.

4.2 Das experiências em rede

O acto de programar é condicionado por uma série de factores que vão além de um simples critério estético e artístico da parte de quem programa, sendo necessário ter em conta disponibilidades financeiras, o equilíbrio e a diversidade das propostas apresentadas, inseridas numa visão de conjunto e no processo interno de decisão que é adoptado pela estrutura, o qual, como já referimos anteriormente, pode variar em termos de modelo, conforme seja exclusivo do programador ou partilhado com os restantes elementos. A programação deve permitir que o público cresça, respeitando as suas especificidades, mas também encontrando em si mesma a capacidade de experimentar, inovar e elevar os patamares de exigência desse mesmo público. Cabe-lhe pois não só cuidar do crescimento do público, mas acima de tudo formar novos públicos, de modo a que num momento posterior os possa fixar. Às associações culturais, tal como às instituições públicas de âmbito cultural (teatros nacionais e municipais), é cometida essa tarefa de, através da sua actividade, dar sinais de incentivo ao aparecimento de novos hábitos culturais e ao envolvimento de segmentos sociais diversos, programando, sempre que possível, para grupos minoritários, de modo a salvaguardar o chamado serviço público.

No entanto, não chega às estruturas culturais uma programação restrita à esfera geográfica onde se encontra sedeadada e apartada da actividade de outras organizações. É neste contexto que ganha cada vez mais preponderância a programação em rede, de tipo formal ou informal, a qual assenta na articulação de esforços e de agendas entre entidades, por forma a diminuir custos e partilhar recursos.

⁸⁸ O Festival Primavera Sound - Porto, cuja programação demonstra uma aposta preferencial pela música independente, contabilizou, em 2012, cerca de 75.000 visitantes (25 mil / dia), dos quais 70% de estrangeiros, 420 jornalistas acreditados e um valor médio de consumo de €400,00 por pessoa durante os 3 dias do festival (segundo dados disponibilizados pela organização). Estes valores mantiveram-se na edição de 2013, com uma maior percentagem de visitantes nacionais.

Estas experiências em rede, promovidas por estruturas culturais associativas ou públicas que encontram parceiros no âmbito de um determinado circuito territorial, afiguram-se preponderantes para a obtenção de ganhos em escala, em matéria de programação ⁸⁹. Assentam tendencialmente numa identificação programática entre duas ou mais instituições espalhadas pelo território nacional, ou em certos casos, dentro de um âmbito regional ou supra municipal (concertação intermunicipal), com vista à utilização comum de recursos e atenuação de efeitos negativos de interioridade. Este tipo de iniciativas concorre ainda para a regularidade da programação, uma vez que a cooperação entre diversas estruturas permite repercutir a oferta cultural ao longo do referido circuito, resultando daí um efeito positivo para os artistas, porquanto tal esquema permite-lhes uma estável sucessão de datas, algo que ainda não se verifica de forma consistente em Portugal, no contexto de uma indústria de concertos ainda frágil.

4.3 Estratégias de programação

No caso particular da Lugar Comum, a sua linha programática tem como referência a música independente, privilegiando segmentos como a indie folk ou a indie pop, em detrimento de géneros como o rock, a electrónica ou o jazz, abrangidos por estruturas pré-existentes na cidade, que ao longo dos tempos foram formando o seu próprio público ⁹⁰. Caracteriza-se também por uma preferencial aposta em propostas internacionais, a qual não radica em qualquer desconsideração artística por músicos nacionais, mas sim resulta do factor de novidade que as primeiras comportam, ao invés dos segundos que, num país exíguo como o nosso, percorrem repetidamente ao longo de um mesmo ano as mesmas cidades. Não obstante, a associação permanece atenta a propostas nacionais emergentes, que ainda conservam o mencionado factor de novidade, tendo, de acordo com este critério, apresentado já alguns dos mais interessantes músicos portugueses da nova geração.

⁸⁹ Factor importante para a construção de redes de programação, a correspondente rede de cine - teatros / teatros municipais recuperados durante as últimas duas décadas, na sua maioria localizados em cidades de média dimensão (CAE Vila Nova Famalicão – 2001; Teatro Mun. Bragança – 2004; Teatro Virgínia – 2005; CC Vila Flor – 2005; Teatro Municipal da Guarda – 2005; Theatro Circo – 2006; CAE Portalegre – 2006;)

⁹⁰ Sendo de destacar o JACC – Jazz ao Centro Clube, associação cultural constituída em 2003, cuja programação regular de jazz, a organização anual do Festival Jazz Ao Centro e a edição de uma publicação bimestral (“Jazz.pt”) representa um dos mais sólidos projectos associativos no domínio da música.

Ao longo dos cerca de quarenta concertos já produzidos desde 2008, a associação debateu-se com duas dificuldades iniciais, com implicações na sua programação: a escassez de salas de concerto na cidade de Coimbra e os limites orçamentais restritivos da sua actividade. A primeira delas foi ultrapassada por via da celebração de protocolos de utilização e cooperação com alguns dos espaços disponíveis (Teatro Académico Gil Vicente, Oficina Municipal do Teatro e Salão Brazil), e também pela adaptação de equipamentos que à partida se encontram vocacionados para acolher outro tipo de manifestações culturais (Museu Nacional Machado de Castro, Centro de Artes Visuais, Casa-Museu Fundação Bissaya Barreto). Não obstante o esforço logístico acrescido que esta utilização implica, uma vez que não se encontram tecnicamente equipados para receber concertos, os referidos espaços permitiram ainda assim uma intersecção de públicos (próprio e da associação).

No que diz respeito à segunda dificuldade, procurou a associação desde sempre programar de acordo com critérios de estrito rigor orçamental, reduzindo custos de produção (por via de estratégias que infra abordaremos em maior detalhe) e procurando manter uma folga ou margem de risco que lhe permitisse salvaguardar situações de desequilíbrio resultantes, por exemplo, da errada previsão da receita de bilheteira. No entanto, é recorrendo a uma estratégia de programação em rede que consegue elevar a qualidade da sua programação, porquanto cooperar com estruturas como o Centro Cultural Vila Flor (Guimarães), CAE Portalegre, Theatro Circo (Braga) ou Galeria ZDB (Lisboa), passou a poder repercutir as suas propostas e a acolher outras, numa correspondência que reduziu custos com transportes, alojamento e cachets (na medida em que passa a negociar um conjunto de datas ao invés de apenas uma).

4.4 Perfil do público-alvo

Um outro aspecto que influencia o capítulo da programação é a consideração do público-alvo à qual se dirige. No caso de associações culturais da tipologia que aqui analisamos, o público que privilegia situa-se numa faixa etária relativamente jovem (18 aos 35 anos), na sua maioria universitário ou pós-universitário, urbano, informado e melómano, particularmente conhecedor da música independente. Esta é uma definição que corresponde ao público da Lugar Comum.

De resto, particularizando o caso da associação, acrescentamos que o público-alvo é maioritariamente residente na cidade de Coimbra, com uma maior incidência na zona em torno da Universidade e Alta ⁹¹. Porém, em razão da amplitude da promoção dos referidos concertos, que extravasa o perímetro do município, não deixa de acorrer público de cidades limítrofes e de outras de média dimensão como Aveiro, Leiria ou Viseu. De resto, a preocupação em abranger estes núcleos urbanos revela-se em pormenores como a escolha das datas e horários dos concertos, privilegiando os fins-de-semana e horas não muito tardias, de modo a permitir a deslocação desse público supra municipal.

4.5 A interdisciplinaridade e o carácter formativo

Actualmente, o carácter interdisciplinar da actividade cultural das organizações é um factor de valorização, como fica demonstrado pelos critérios de avaliação das candidaturas ao Programa de Apoio às Artes, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura, através da Direcção Geral das Artes. Esta capacidade de convocar um cruzamento disciplinar e artístico, envolvendo num mesmo projecto cultural, ou no conjunto da programação, elementos de áreas como a música, a fotografia, o cinema, etc., encontra-se cada vez mais presente na programação deste tipo de estruturas. No caso da Lugar Comum, a partir do momento em que foi convidada a ocupar a Casa das Artes da Fundação Bissaya Barreto, passou a deter condições físicas para desenvolver um tipo de programação com a referida característica. Deste modo, paralelamente à produção de concertos, que persiste como a sua principal actividade, a associação tem vindo a promover um ciclo de documentários dedicado à cultura indie, a realização de debates e reflexões subordinadas à relação entre a música e as novas tecnologias, assim como ao papel das estruturas culturais alternativas e a sua complementaridade face ao Estado, ou, por último, exposições fotográficas tendo a música como pano de fundo. Todas estas iniciativas, cruzadas de uma forma ou de outra com o principal objecto da associação, convocam a participação e parceria de outras estruturas culturais de Coimbra, como a Fila K, no caso do cinema, a Marionet e a Máfia, no caso do teatro, ou ainda o Centro de Artes Visuais, no que diz respeito à fotografia, possibilitando uma constante partilha de experiências e uma intersecção de públicos.

⁹¹ É no centro das cidades, pela sua densidade e heterogeneidade, que se desenvolve a massa crítica que possibilita a ocorrência de práticas culturais independentes.

Importante ainda um outro aspecto que hoje se exige à actividade das associações culturais, designadamente a compatibilização da sua programação com uma dimensão educacional ou formativa, traduzida na afectação ao projecto de serviços educativos. Existindo possibilidades físicas para implementar tais soluções, é do maior interesse das associações promover *workshops* ou sessões regulares de formação em áreas que revelem uma ligação ao objecto da organização, como por exemplo, construção de instrumentos, *songwriting* ou de rádio, apenas para citar alguns. Por via da sua realização, e respectiva harmonização com a programação regular, estas associações não só respondem à sua capacidade formativa, como também alcançam públicos que extravasam o seu perímetro natural.

4.6 Conclusão

A democratização dos processos criativos e do acesso à cultura, traduzida, no domínio da música, pela passagem do estúdio para o *laptop* e pela disponibilidade de milhares de propostas em suporte digital (com o progressivo abandono dos formatos clássicos, fisicamente captados em vinyl ou em CD), acaba por ter múltiplos efeitos também na redefinição dos critérios de programação. Hoje, esse acesso praticamente livre a um enorme acervo musical, que possibilita um conhecimento profundo e actualizado das mais marginais propostas, surgidas das mais diversas geografias, tem feito com os consumidores de música independente se tenham tornado mais conhecedores, e logo, mais exigentes. Assinala-se ainda, pela mesma ordem de razões, a chegada de um novo tipo de consumidores, que a partir do centro passam a ter contacto com a música independente, por via da sua maior amplitude, foco mediático e presença nos grandes festivais. De outro modo, o decréscimo de vendas discográficas, resultante de uma alteração de paradigma verificada (a passagem do formato físico para o digital), acaba por devolver os músicos ao palco e ao circuito de concertos, que passa a ter uma renovada importância na divulgação do seu trabalho e autonomia financeira. Por estes motivos, o acto de programar passou a comportar uma maior dose de exigência e de selectividade, pela emergência desta nova realidade, na qual a análise e sindicância de propostas é levada a cabo por um público conhecedor e detentor de mais referências, mas também em razão da maior competitividade hoje existente, num contexto em que a oferta cultural independente passa a caber em eventos e salas de maior dimensão e recursos.

5. Comunicação e Imagem

5.1 A construção de uma identidade

Um dos elementos diferenciadores de qualquer organização é a forma como comunica com os destinatários da sua actividade. A relação de proximidade que estabelece com aqueles depende em grande parte da forma clara e coerente em que se traduz a sua comunicação organizacional. A projecção de uma imagem forte e atractiva, seja por via de material promocional ou através da relação com os media; a utilização de sinais distintivos, como logótipos ou outros elementos visuais que de imediato identifiquem aquela organização ⁹²; a veiculação de uma mensagem interna e externa inteligível e coesa, são elementos que resultarão, a médio e longo prazo, numa maior capacidade distintiva da organização, aproximando-a dos seus destinatários, e junto deles afirmando a sua marca identitária. A formação desta é hoje fundamental para o sucesso de qualquer organização, seja empresarial ou associativa. Perante uma sociedade globalizada, que oferece inúmeras alternativas perante um qualquer défice de afirmação de uma organização em favor das suas concorrentes, é essencial uma comunicação organizacional preparada, cuidada e estruturada. Aos actuais desafios tecnológicos, sociais e económicos deve corresponder uma ágil capacidade de adaptação e de conformação da comunicação. A maior ou menor aproximação aos seus destinatários e o grau de confiança estabelecido ao longo do seu percurso servirá de almofada para sustentar o embate de súbitas alterações e momentos menos positivos na sua actividade. É pois essencial que esta proximidade seja cultivada por correctas estratégias de comunicação.

Desde muito cedo, logo aquando da sua constituição, esta questão emerge por via da escolha de elementos visuais e textuais que influem na capacidade de afirmação inicial do projecto. Não será pois estranho compreender que nesta fase embrionária se procure projectar para o exterior uma imagem institucionalizada e credível (por vezes até algo exagerada em razão do carácter informal e reduzida dimensão das estruturas associativas em causa), por forma a que público e demais instituições reconheçam a existência do projecto e venham a compreender as linhas programáticas essenciais do mesmo.

⁹² No caso da Lugar Comum, essa consistência visual demonstra – se pela utilização de um grupo de cores e um dado tipo de ilustração que percorre todo o seu material gráfico.

Para que, no caso da Lugar Comum, tal objectivo pudesse ser cumprido com a exigida eficácia, revelou-se instrumental a criação imediata de um site oficial (com um domínio .PT) e respectivos endereços de e-mail profissionais; a concepção de um logótipo e de um conjunto de grafismo de suporte que passaram a ser utilizados em todo o material promocional da associação, a inserção de referência à programação em órgãos de comunicação local e nacional através de uma articulação com entidades como a Agência Lusa; a publicação e envio regular de uma *newsletter* a associados e subscritores ou a produção de merchandise e sua distribuição em cada um dos eventos organizados. Toda esta dinâmica inicial permitiu que a organização afirmasse a sua identidade e cultura de uma forma célere, construindo um imaginário visual em torno do projecto, o qual aquele específico público passou a identificar como também seu.

5.2 Comunicação de proximidade

Se por um lado deve ser projectada uma imagem suficientemente sóbria, que permita a constituição de relações institucionais com entidades de natureza pública e demais parceiros associativos ou empresariais, também será verdade que este tipo de associações culturais, que segmentam bastante a sua actividade e os destinatários da mesma, não devem deixar para trás uma ideia de proximidade e cumplicidade com o respectivo público. Este estabelece com a associação uma relação de confiança e de pertença, identificando-se com as suas escolhas programáticas, sentindo que faz parte daquele projecto colectivo.

Devem pois estruturas desta natureza empreender uma estratégia de comunicação que, cabendo nos seus aludidos limites orçamentais, garanta a afirmação coerente e informada das suas propostas programáticas, preservando a relação privilegiada com a especificidade do seu público. Para tal, a preferência por uma estratégia selectiva de proximidade, como aquela adoptada pela Lugar Comum, tende a cumprir com os parâmetros indicados, em desfavor da utilização massiva e indiscriminada de meios promocionais na divulgação descontextualizada de eventos ⁹³.

⁹³ Será fácil compreender, salvo opinião em contrario, que a produção em grande volume e colocação de material gráfico, sem atender à sua localização (normalmente em viadutos ou muros das cidades), acarreta uma despesa substancial e incomportável para pequenas associações culturais, para além de que o seu efeito acaba por ser reduzido, na medida em que não existe qualquer contextualização dos mesmos, estando limitados ao anúncio de um nome, local e data.

A opção pela concepção e impressão de um número reduzido e adequado de posters e *flyers*⁹⁴, e a distribuição desse material gráfico segundo uma lógica de proximidade, tendo em conta o público-alvo que se pretende atingir, privilegia um conjunto limitado de locais que pela sua vocação cultural e urbana se configuram como pontos de passagem do referido público (espaços universitários, bibliotecas, lojas de discos, cafés sitos em torno de faculdades ou em zonas centrais da cidade, etc.). Um outro exemplo da referida estratégia, passa pela forte utilização da internet na divulgação da respectiva actividade cultural. Não só a disponibilização no *site* oficial da associação de detalhada informação sobre as actividades, múltiplos conteúdos áudio e vídeo, material fotográfico, *clippings* de imprensa ou elementos gráficos, como *flyers* e posters para download, aproxima o visitante; como também, e mais importante no actual contexto, será a sua presença em diversas plataformas sociais, como o Facebook, Twitter, Flickr, Last.fm, etc.⁹⁵, as quais configuram capitais instrumentos de divulgação e de interacção directa com os respectivos subscritores, revelando-se fundamentais para a agregação de público e valorização das propostas apresentadas.

Um outro exemplo da estratégia preconizada, reside na manutenção e aprofundamento de um constante diálogo com associados e seguidores do projecto, através da regular publicação de uma *newsletter*, permitindo um acompanhamento informado e devidamente contextualizado das actividades da organização, em particular das propostas apresentadas, nela sendo incluídos textos de natureza biográfica e *reviews*, respectivo material gráfico digitalizado, *links* para ficheiros vídeo e dados sobre aquisição e reserva de bilhetes.

Por último, no que concerne à sua relação com os *media* regionais e nacionais, e em especial no segundo caso, ressentem-se estas associações da sua escala reduzida, sendo por isso muito importante as já aludidas opções de programação em rede, que possibilitam a sua parceria com instituições que possuem um peso institucional e capacidade de influência incomparavelmente maior.

⁹⁵ Prova da actual relevância dada à utilização destas redes sociais, no âmbito da divulgação de projectos culturais, as candidaturas ao Programa de Apoios às Artes da Direcção-Geral das Artes passaram a incluir nos respectivos formulários a indicação do número de visitas diárias e subscrições (*likes*) que cada organização possui aquando da data da candidatura.

Não obstante, instrumental à eficaz divulgação do projecto, afigura-se a inclusão de menções à sua actividade (e particularmente aos concertos organizados) nas páginas de cultura e agendas de publicações de âmbito regional e, desejavelmente, nacional. Para tal não basta o mero envio de *press releases*, devendo ser promovido, sempre que possível, um contacto directo com os respectivos jornalistas, tentando sensibilizá-los para o mérito das propostas a apresentar, convidando-os a escrever sobre as mesmas e, caso exista essa disponibilidade, intermediando eventuais entrevistas junto dos músicos em questão. Contudo, torna-se cada vez mais importante não confinar este esforço apenas à imprensa escrita, adoptando uma abordagem semelhante junto de *blogs* e publicações electrónicas dedicadas à música independente, as quais têm hoje uma assinalável capacidade de mobilização de público.

O mesmo diremos ainda de outros veículos de promoção, como é o caso da rádio, a qual tem uma preponderância significativa na divulgação da música independente. No caso específico de Coimbra, a existência e já longa actividade da RUC – Rádio Universidade de Coimbra permite uma divulgação intensa e informada de propostas daquela natureza, sendo que a Lugar Comum, como outras associações locais já supra referidas, tem protocolada uma relação de cooperação com a mencionada rádio, por via da qual é garantida a produção de *spots* promocionais dos concertos e entrevistas com os músicos em causa. À semelhança de Coimbra, outras cidades tendencialmente envolvidas num contexto universitário, possuem projectos com uma tipologia próxima da RUC (casos da RUA, em Faro, ou da RUM, em Braga), sendo um importante apoio para projectos associativos ligados a espectros musicais alternativos.

6. Sustentabilidade e Autonomia Financeira

Demos já sinais bastantes, no Capítulo II da presente tese, da situação de fragilidade em que se encontra imerso o associativismo cultural. Da análise económica do seu enquadramento resulta uma progressiva escassez de recursos e apoios financeiros e logísticos, a qual tem a sua tradução na actual exiguidade político-orçamental das autarquias no sector da cultura e na tímida expressão do mecenato cultural privado. Perante esta realidade, as associações culturais são obrigadas a adequar as actividades à sua capacidade para gerar receita e reduzir a despesa a um nível residual.

No primeiro caso, não existem muitas opções à disposição deste tipo de organizações. No que se refere às receitas, com a excepção das provindas da bilhética, cuja fixação de preços ainda assim deve ter em conta o estatuto artístico da proposta em causa, a dimensão da sala utilizada e o poder de compra do público em questão (no caso da Lugar Comum, na sua maioria universitário), ela cifram-se inevitavelmente em valores reduzidos, não restando outros instrumentos suficientemente relevantes do ponto de vista financeiro.

A agregação de associados, com a respectiva cobrança semestral ou anual de quotas, não tem à partida, neste tipo de estruturas, uma expressão tal que possa suportar um maior esforço do lado da despesa. Corresponde tendencialmente a uma receita marginal, que também se ressentem fortemente em períodos de contracção económica, porquanto os associados facilmente deixam de pagar a sua quotização, custeando apenas os bilhetes de concertos, em virtude de, na maioria das vezes, esse estatuto especial de associado não oferecer condições significativamente vantajosas, mas sim se revestir de um mero apoio simbólico ou donativo à associação.

Uma terceira receita própria, embora igualmente pouco expressiva, parte da possibilidade que lhe é dada de produzir e comercializar merchandise alusivo à sua actividade (posters, pins, t-shirts), a qual no contexto específico da realização de concertos tem uma relativa aceitação por parte do público.

Para além destas receitas, independentes da localização da organização, as associações culturais sedeadas no município de Coimbra gozam de uma via de financiamento municipal, através do Programa Anual de Apoio ao Associativismo (aberto à aceitação de candidaturas até ao mês de Outubro). Envolvendo o mesmo uma verba não muito avolumada (€1000,00 anuais), mas de todo despiciente, a sua execução tem no entanto deixado muito a desejar, na medida em que entre a entrada e aceitação da candidatura, posterior avaliação e aprovação e, por último, pagamento, medeiam por vezes quase dois anos. Uma outra possibilidade, no contexto nacional, diz respeito ao Programa de Apoio às Artes promovido pela Direcção Geral das Artes, que integra modalidades de apoio anual, bianual e quadrianual. Neste caso, para além de as quantias envolvidas serem substancialmente maiores, também as exigências o são, nomeadamente quando se fala em formação, interdisciplinaridade e supra territorialidade da programação. Valorizam-se preferencialmente projectos tripartidos ou em rede, muitas vezes sendo pedido um nível de organização que as associações culturais, numa fase inicial, não possuem.

O ano de 2014 marcará o lançamento do Programa Europa Criativa, sucessor dos actuais programas Cultura 2007-2013, Media 2007 e Media Mundus. Através daquele espera a Comissão Europeia ter uma mais directa influência no investimento do sector empresarial, cultural e criativo, no seguimento do que tinha já tentado fazer com os fundos de coesão e de desenvolvimento social, em Portugal executados por via do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional). No âmbito deste novo programa (integrado no Quadro Comunitário 2014-2020), ao sector da Cultura será atribuído um orçamento de 500 milhões de euros (100 milhões adicionais em relação ao valor disponível de acordo com o actual Programa Cultura), sendo ainda disponibilizada uma quantia para actividades transversais e indústrias criativas. Num contexto de tão notória incapacidade de investimento, esta programa poderá ser uma boa oportunidade para as associações culturais, per si ou em cooperação, desenharem e submeterem projectos suficientemente sólidos e ambiciosos para merecerem o apoio deste instrumento comunitário. No entanto, sempre diremos que os benefícios do futuro programa dependem da forma como o mesmo será transposto e executado, sendo de acautelar a desequilibrada distribuição dos fundos disponíveis e a adequação dos critérios de acesso ao mesmo.

É pois do lado da despesa que as associações poderão reduzir substancialmente a sua margem de risco, designadamente através da diminuição de custos de produção. Um exemplo desta estratégia ganha expressão na celebração de protocolos com entidades prestadoras de serviços e bens, com as quais a associação regularmente se relaciona, porquanto essenciais à organização de actividades culturais (gráficas, transportadoras, restaurantes, hotéis, etc.). Dos referidos protocolos sempre poderá resultar a redução dos preços praticados, em função da inserção de menções a essas entidades em plataformas e material promocional pertencente à associação.

Da mesma forma, existe a possibilidade de protocolar junto das respectivas Câmaras Municipais a utilização de determinados espaços para a realização de eventos, a cedência de transporte ou mesmo alojamento em unidades propriedade da autarquia (caso do município de Coimbra, que disponibiliza a Casa das Cruzes, na freguesia de Almedina, para alojamento de artistas e agentes culturais). É também possível convencionar a concessão de isenção de taxas, no que diz respeito ao licenciamento de recintos improvisados, ruído e realização de concertos, tendo em atenção o interesse para o município dos referidos eventos.

Nota ainda para a área da divulgação, na qual a adopção de uma estratégia concertada com as demais associações locais (eventualmente sedeadas no mesmo espaço, como acontece com a Casa das Artes da Fundação Bissaya Barreto, que acolhe actualmente, para além da Lugar Comum, as associações culturais Marionet e Camaleão) poderá apontar para a edição de uma só agenda trimestral, que nela incorpore a menção às actividades promovidas pelas estruturas respectivas naquele período de tempo. Esta solução requer no entanto uma articulação programática que nem sempre é possível ou conseguida, e que sempre fará mais sentido no caso de as estruturas em questão partilharem um mesmo espaço.

Concluindo, a questão da sustentabilidade das associações culturais diz hoje respeito à sua sobrevivência. Depende esta do quão rigorosa e criativa consiga ser a gestão das referidas organizações, respectivamente tendo em conta a real capacidade de reduzir custos de produção até níveis mínimos de desperdício, e no segundo caso aplicando soluções até aqui pouco testadas.

Uma delas, o *crowdfunding*⁹⁶, ou financiamento colectivo, consiste na obtenção de capital, para a realização de iniciativas do interesse de toda a comunidade ou de um seu particular grupo, por via do financiamento desses mesmos projectos por parte dos interessados na sua realização, aos quais será devolvido o dinheiro no caso de não ser reunido o total necessário. Ao contrário do mecenato cultural, que comporta uma contrapartida fiscal, e é dirigido preferencialmente a entidades empresariais, o caso do financiamento colectivo apenas pressupõe a cedência de uma vantagem, muitas vezes de carácter meramente simbólico (um autógrafo), ou do próprio produto ao qual se dirige a iniciativa (livro, disco, bilhete para um concerto). Uma outra característica deste tipo de solução é a sua ligação às novas tecnologias, espaço de eleição da sua promoção, a partir de plataformas ou redes sociais como o Facebook.

No entanto, atendendo a sua natureza e formato, alguns problemas colocam-se a este modelo de financiamento, desde logo a credibilidade do projecto e dos respectivos promotores, que no caso de ser posta em causa, comprometerá inapelavelmente a sua capacidade de captar financiamento; a relutância de alguns promotores em revelarem todos os detalhes do projecto que submetem a financiamento por receio de este vir a ser objecto de plágio; e, finalmente, todos os riscos associados à partilha de dados em rede. Em razão de alguns destes receios, e fundamentalmente pela novidade deste tipo de plataformas, a maioria dos países procura actualmente regulamentar a o seu funcionamento, com particular destaque para a Itália que, recentemente, em Julho de 2013, se tornou o primeiro país europeu a legislar sobre esta matéria, estabelecendo um registo nacional de operadores de *crowdfunding*, de modo a garantir um maior controlo destas actividades.

⁹⁶ Em 2013, o site de crowdfunding Kickstarter atingiu a marca de 100.000 projectos financiados, sendo que do total de iniciativas inscritas, 44% foram concluídas, representando um valor de \$535 milhões de dólares.

Conclusão

Procurámos, ao longo do presente trabalho, caracterizar o associativismo cultural e dar conta de alguns dos desafios com que actualmente se depara. Este é um momento particularmente pertinente para o fazer, dado que após uma década marcada pela implementação de políticas de descentralização de funções gerais da Administração, e consequente financiamento do sector cultural no âmbito do poder local, esse esforço colidiu, em 2009, com a emergência de uma grave crise económico-financeira. Os seus efeitos travaram o referido investimento, obrigando, num momento imediato à adopção de medidas de controlo do endividamento público, e, posteriormente, à implementação de um mais restritivo e abrangente Programa de Ajustamento Financeiro. As Câmaras Municipais, que até aí tinham estimulado o crescimento do associativismo, possuem hoje menos meios para o fazer, daí resultando um recuo e fragilização daquele e da relação de complementaridade existente.

Hoje, com maior dificuldade, as associações culturais continuam a desenvolver a sua actuação em segmentos, que pela sua especificidade, de outro modo permaneceriam deficitários ou totalmente desprovidos de oferta cultural. Tratam-se de domínios marginais a um certo *mainstream* cultural, nos quais mais facilmente se percepção a natural inabilidade das autarquias para assumirem a veste de programador ou gestor cultural, preferindo reconduzir a sua actuação à denominada cultura popular. Aquela demissão é menos sentida em núcleos urbanos de maior dimensão, onde existe já uma preocupação de também agir sobre formas de cultura alternativa, por via de empresas municipais constituídas para assegurar uma gestão cultural profissionalizada.

Não obstante, a realidade nacional é bem diferente. Não raras vezes, em cidades de pequena ou média dimensão, depararmo-nos com equipamentos culturais sujeitos a uma programação avulsa e casuística, sem qualquer estratégia dirigida à população, sua educação não formal ou abertura a novas propostas artísticas. Por este facto, tem sido importante a constituição de associações culturais, com um pendor experimental e interdisciplinar, pela forma como vêm complementar e colmatar as insuficiências do Estado na promoção de um mais amplo serviço público, que possa responder a todas as exigências da comunidade (as quais, claro está, não se remetem apenas a formas de cultura popular, ainda que sejam as mais transversais).

A título de referência, suscitámos o caso da Lugar Comum, atendendo a ela no contexto cultural da cidade de Coimbra. Não obstante a existência, por todo o território nacional, de um vasto número de associações que concentram a sua actividade regular em torno da música, muito poucas serão aquelas que o fazem fora do âmbito de formas de expressão marcadamente tradicionais, designadamente grupos folclóricos, de fado, ou filarmónicas. Contudo, nos últimos anos, em cidades de média dimensão e capitais de distrito, têm vindo a surgir experiências associativas com uma matriz tendencialmente urbana, cuja actividade percorre os domínios da denominada música moderna, e de que a Lugar Comum é exemplo. Estas fazem assentar a sua programação em propostas de reconhecido mérito artístico, de dimensão alternativa, dirigidas a um público maioritariamente melómano, específico e emergente de uma dada subcultura no domínio da música, características estas que são consensualmente subsumidas ao conceito de música independente.

Porém, ao longo dos últimos quatro anos, a actuação destas associações tem vindo a ser cada vez mais condicionada. A Directora do Teatro Municipal de Bragança, Dra. Helena Génésio, dizia há algum tempo numa entrevista que o programador cultural deve procurar fazer as suas escolhas, tendo sempre “*a consciência do papel da arte na vida das pessoas*”. Corroborando desta premissa, que nos reconduz para o registo alternativo e experimental das supra mencionadas associações, infelizmente será de acrescentar que, face ao actual quadro económico e político, terá a sustentabilidade dos projectos e a respectiva rigidez orçamental um impacto semelhante ou maior nessas mesmas escolhas.

Neste momento, o grande desafio que se coloca ao associativismo cultural é, em larga medida, o da sua sobrevivência. Não encontrando nas autarquias um semelhante apoio e envolvimento, como no passado se registou, e não sentindo junto dos privados uma significativa vontade ou capacidade de, através do mecenato cultural, apostarem em projectos culturais num contexto local, as associações vêm-se obrigadas a ajustar a sua actividade a patamares mínimos ou residuais, com isso havendo um impacto substancial na qualidade, periodicidade e regularidade das mesmas.

No presente contexto, dois factores parecem ser seminais para a eventual recuperação do associativismo cultural para níveis de maior autonomia financeira e programática: a criatividade e a cooperação. O primeiro, na medida em que novas soluções parecem surgir no horizonte, conexas com a utilização das redes sociais e a capacidade de agregar apoios no âmbito de uma sociedade interligada e participativa. O Facebook, por exemplo, oferece amplas oportunidades de multiplicação de público ⁹⁷, exigindo da parte das estruturas culturais a afectação de elementos seus ao tratamento diário de informação e promoção das actividades na respectiva rede social. Também permite uma proximidade maior com os músicos, possibilitando muitas vezes o contacto directo com aqueles (algo que, no âmbito da música independente, tende a verificar-se, uma vez que muitos dos projectos têm um cariz autoral), por forma a sensibilizá-los para a adequação das propostas.

O segundo, porquanto a nível nacional e regional existem condições naturais e estruturais para que se construam estratégias concertadas entre instituições públicas, teatros municipais, salas e associações culturais, privilegiando a circulação de propostas nacionais e internacionais, com uma correspondente partilha de recursos. O carácter melómano da abordagem e envolvimento na música, por parte das pequenas estruturas culturais, poderá ser uma mais-valia na sua relação com produtoras privadas de maior dimensão ou teatros municipais, na medida em que esse seu maior conhecimento do mercado as torna preferenciais escolhas enquanto programadoras.

⁹⁷ Ao longo dos seus primeiros cinco anos a Lugar Comum reuniu cerca de 6300 seguidores na sua página de Facebook. Outras associações culturais do mesmo âmbito, igualmente activas no Facebook, registam números significativos, casos da ZDB (4600) ou da Velha-a-Branca (9000). De notar que um número crescente de seguidores permite repercutir junto de terceiros cada actividade ou *post* colocado, num efeito exponencialmente multiplicador.

Tendo ainda por referência a ideia de cooperação, neste caso não no âmbito de uma rede nacional ou supra-regional, mas sim intra-municipal, um outro factor importante para a revitalização do associativismo cultural num contexto local poderá emergir da conjugação interdisciplinar de esforços entre várias estruturas de uma mesma cidade, numa perspectiva de cruzamento de públicos e de recursos. Será ainda benéfico que tais iniciativas possam integrar publicações especializadas e *bloggers*, ou pequenas editoras independentes, de modo a valorizar diferentes abordagens sobre a música independente e envolver diversas sensibilidades.

Como ficou demonstrado, constituindo-se o associativismo como um factor de desenvolvimento social e local, capital para a formação democrática da comunidade e para o seu envolvimento na gestão directa e participada da vida cultural, é de absoluta importância não comprometer a sua acção a um ponto de completa ruptura, com o consequente sacrifício da fruição de bens culturais. Nas palavras de Augusto Santos Silva, “*os Estados de hoje não podem ignorar a cultura, nem no sentido geral, mas decisivo, de forma cultural das politicas, nem no sentido específico de modelos e instrumentos de intervenção, (...) As politicas públicas têm de consistir em acções estruturantes, permitindo garantir apoios físicos, humanos e financeiros às actividades dos agentes culturais.*” A política de austeridade financeira não deve deixar as estruturas culturais, particularmente aquelas que percorrem espaços periféricos e alternativos, como a Lugar Comum, apenas nas mãos de uma auto-sustentabilidade que à partida se encontra condicionada.

Referências Bibliográficas

- AMARO, R. D. (2004). O desenvolvimento: conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos, Junho / Julho*, 4, 35-70. Acedido Abril 30, 2013, em http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/3186/1/2003_4_02.pdf
- BOUDON, R., BESNARD, P., CHERKAOUI, M. & LÉCUYER, B. (1990). *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CANTERLE, N. (2004). *O associativismo e a sua relação com o desenvolvimento*. Acedido Maio 13, 2013, em www.unioeste.br.
- CARNEIRO, M. (2006). A Economia Social em Portugal. *La Economía Social en IberoAmérica – Un acercamiento a su realidad*, 2, 233-255. Acedido Abril 15, 2013, em http://www.ciriec.es/ES_Iberoamerica-vol2.pdf
- CARREIRA, H.M. (1996). As políticas sociais em Portugal. Em: BARRETO, A. (org.). *A situação social em Portugal, 1960 – 1995*, 1, 365-498. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CARVALHO, A. (2010). Quantifying the Third Sector in Portugal: an overview and evolution from 1997 to 2007. *Voluntas*, 21, 588-610. Acedido Abril 15, 2013, em www.springerlink.com
- COSTA, P. (2002). The cultural activities cluster in Portugal – Trends and perspectives. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 38, 94 – 114. Acedido Abril 10, 2013, em www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n38/n38a06.pdf
- DURKHEIM, E. (2008). *Da divisão do trabalho social*. (trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes.
- FERNANDES, A.T. (1993). Conflitualidade e movimentos sociais. *Análise Social*, 23, 123-124 e 787-828. Acedido Abril 12, 2013, em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223292608S8kUR1qx0Wa77QV4.pdf>
- GANZ, M. (2007). *Organizing for democratic renewal*. Acedido Março 12, 2013, em <http://leadingchangenetwork.com/research/>
- GIDDENS, Anthony (1997). *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. (trad. Cibele Rizek). Acedido Abril 05, 2013, em: http://books.google.pt/books/about/Política_sociologia_e_teor%C3%ADa_social.html?id=D-URgbEcilYC&redir_esc=y

- GOMES, R.T., et al. (2006). *Entidades culturais e artísticas em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2012). *Estatísticas da Cultura 2011* [em linha]. Acedido Março 20, 2013, em: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=150545236&att_display=n&att_download=y
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2012). *Census 2011 – Instituto Nacional de Estatística* [em linha]. Acedido Março 20, 2013, em <http://www.censos.ine.pt>
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. & CASES – Cooperativa António Sérgio (2013). *Conta Satélite da Economia Social 2010* [em linha]. Acedido Julho 20, 2013, em http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=157544171&att_display=n&att_download=y
- Lugar Comum – Associação de Promoção e Divulgação Cultural (2008). *Estatutos da Lugar Comum – Associação de Promoção e Divulgação Cultural* [em linha]. Acedido Janeiro 20, 2013, em <http://www.lugarcomum.pt>
- MELO, A. (1997). Política cultural: acção ou omissão. *Boletim OBS n.º 2*, 2, 8-10. Acedido Março 25, 2013, em <http://www.oac.pt/obs2.htm#Autor3>
- MONTEIRO, A.A. (2004). Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada. - O exemplo das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL's) em Portugal. *Revista Critica de Ciências Sociais*, 69, 139-157. Acedido Março 21, 2013, em www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=867
- MOTA PINTO, C.A. (1992). *Teoria Geral do Direito Civil*. 3ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora.
- NEVES, J.S. (2005). *Despesas dos municípios com cultura (1986 - 2003)*. Acedido em Março 25, 2013, em <http://www.oac.pt/pdfs/DespesasMunicipiosCultura.pdf>
- PUTNAM, R.D. (1994). *Making democracy work: Civic traditions in modern Italy*. Acedido em Março 25, 2013, em: http://books.google.pt/books/about/Making_Democracy_Work.html?id=gKZP8_Tp27UC&redir_esc=y
- QUINTÃO, C. (2011). O Terceiro Sector e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar. *IS Working papers, Abril 2011*, 2, 1-18. Acedido em Abril 15, 2013, em <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/54358/2/ISWP22011000122410.pdf>

- RAMOS, S.P. (2012). *O emprego no Terceiro Sector – Uma análise comparativa*. Dissertação de Mestrado em Economia Social. Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Braga. Acedido em Março 17, 2013, em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23484/1/Sandra_Patricia_Rego_Ramos.pdf
- ROBTEUTSCHER, S. (2000). Democracia associativa. As instituições voluntárias como campo de treino para a democracia?, Em: VIEGAS, J.M. & Dias, E.C. (eds.), *Cidadania, integração, globalização*. Oeiras: Celta Editora.
- SANTOS, B.S. (2001). Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. Em: PERREIRA, L.C. et al. (eds.), *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- SANTOS, G.R.S. (2011). *Associativismo urbano: O caso da cidade de Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra. Acedido Maio 04, 2013, em: <http://hdl.handle.net/10316/19937>
- SANTOS, M.L.L. (1999). Indústrias culturais: especificidades e precaridades. *Boletim OBS n.º 5*, 5, 2–6. Acedido em Fevereiro 12, 2013, em www.oac.pt/pdfs/OBS_5_Indústrias%20Culturais.pdf
- SANTOS, M.L.L. (2007) Políticas culturais em Portugal. *Comunicação apresentada na Mesa Redonda “Políticas culturais no Espaço Iberoamericano” integrada no V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural*, Almada, 10 de Maio de 2007. [em linha]. Acedido Fevereiro 02, 2013, em www.oac.pt/.../OAC_Comunicação_MLLS_VCampusEuroamericano.pdf
- SILVA, A.S. (1997). Cultura: das obrigações do Estado à participação civil. *Sociologia, problemas e práticas*, 23, 37–48. Acedido em Maio 08, 2013, em repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/854
- SILVA, A.S., BABO, E., Santos, H. & GUERRA, P. (1998). Agentes culturais e públicos para a cultura: alguns casos ilustrativos de uma difícil relação. *Cadernos de Ciências Sociais*, 18, 67-105. Acedido em Março 12, 2003, em repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53673
- SILVA, A.S. (2002). A dinâmica cultural das cidades medias: Uma sondagem do lado da oferta. In C. FORTUNA & A.S. SILVA (orgs.) *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*, (65-107). Porto: Edições Afrontamento,

- SILVA, A. S. (2004). As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa (1987-2003). Em *Públicos da Cultura: Actas do Encontro organizado pelo Observatório das Actividades Culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa 24 e 25 de Novembro de 2003*, 241~283, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- SILVA, A. S. (2007). Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro. *Sociologia, problemas e práticas*, **54**, 11-33. Acedido em Maio 03, 2013, em www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n54/n54a02.pdf
- SILVA, A.S. e SANTOS, H. (2010). A transformação cultural de cidades medias, segundo os seus agentes culturais. *Sociologia, problemas e práticas*, **62**, 11-34. Acedido em Maio 04, 2013, em <https://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2167>
- TOCQUEVILLE, A. de (2002). *Democracy in America* (tranl. Henry Reeve). Acedido Março 14, 2013, em <http://www2.hn.psu.edu/faculty/jmanis/toqueville/dem-in-america1.pdf>
- VIEGAS, J.M.L. (1986). Associativismo e dinâmica cultural. *Sociologia, problemas e práticas*. ISSN: 0873-6529. **1**, 103-121. Acedido em Janeiro 13, 2013, em <https://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/954>
- VIEGAS, J.M.L. (2004). Problemas e perspectivas de mudança das democracias. Em: L.M.L. Viegas & S. Faria (eds.), *Democracia, novos desafios, novos horizontes*. ISBN: 9727742041. Oeiras: Celta Editora.
- VILAÇA, H. (1993). Território e identidades na problemática dos movimentos sociais. *Revista de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, **3**, 51-71. Acedido Março 06, 2013, em repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8215

Sites Consultados

CAE Portalegre: www.caeportalegre.blogspot.com

Câmara Municipal de Coimbra: www.cm-coimbra.pt

Centro Cultural Vila – Flor: www.ccvf.pt

CECES / FEUC: www.uc.pt/feuc/ceces

CIRIEC International: www.ciriec.ulg.ac.be

Conselho Nacional para a Economia Social: www.cnes.org.pt

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: www.cases.pt

Direcção Geral das Artes: www.dgartes.pt

EGEAC: www.egeac.pt

Galeria ZDB: www.zedosbois.org

INE – Instituto Nacional de Estatística: www.ine.pt

ISCTE – IUL: www.iscte-iul.pt

Lugar Comum: www.lugarcomum.pt

Observatório das Actividades Culturais: www.oac.pt

Pordata: www.pordata.pt

Secretaria de Estado da Cultura: www.portugal.gov.pt

Teatro Académico Gil Vicente: www.tagv.info/

Teatro Municipal de Bragança: www.teatromunicipal.cm.braganca.pt

Teatro Municipal da Guarda: www.tmg.com.pt

Turismo de Coimbra – Dept. Cultura: www.turismodecoimbra.pt

Anexos



1. Site Lugar Comum – www.lugarcomum.pt

LUGAR COMUM

2. Logo original da Lugar Comum

© Joana Corker



LUGAR COMUM

5 ANOS DE MÚSICA

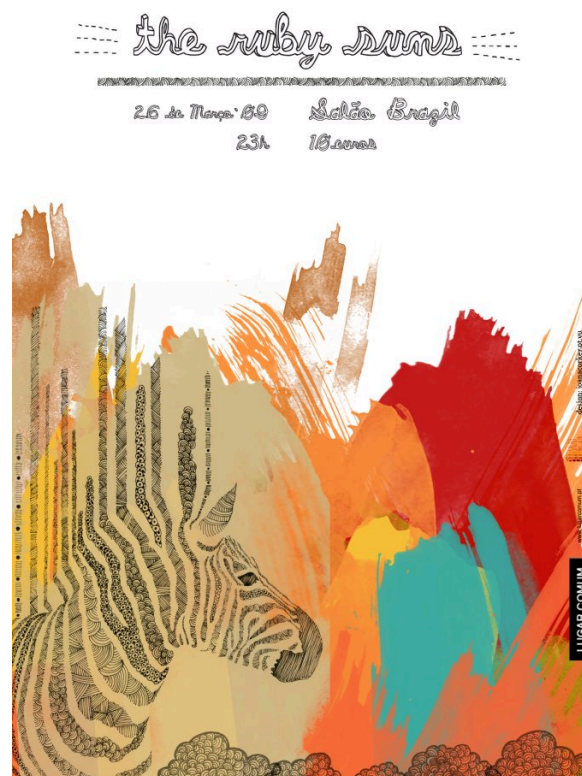
3. Logo comemorativo do 5º aniversário da Lugar Comum

© Joana Corker



4. Poster dos concertos do músico sueco Jens Lekman (2010)

© Joana Corker



5. Poster do concerto de Ruby Suns em Coimbra - © Joana Corker